

# RUMO AO PD/I: ANÁLISE COMPARATIVA E PROSPECTIVA DOS SUBPROJETOS INDÍGENAS DO PD/A

## RELATÓRIO FINAL

Contendo avaliações de doze subprojetos:

- 1 (137): AC/Implantação de tecnologias de manejo de recursos agroflorestais
- 2 (138): AC/Implantação de farmácias vivas em áreas indígenas
- 3 (085): AC/Aproveitamento de áreas desmatadas e degradadas
- 4 (146): AM/Projeto de sustentabilidade e ocupação territorial do Povo Mura
- 5 (161): AM/Apicultura e industrialização de frutas
- 6 (261): PA-AP/Projeto Tykahsamo
- 7 (304): MA-TO/Vyty-Cati: Alternativas não predatórias de geração de renda
- 8 (077): PA/Uso sustentado de recursos naturais de Área Xikrin do Cateté
- 9 (280): PR/Área modelo Ocoí
- 10 (031): MA-TO/Frutos do cerrado
- 11 (167): PE/Reflorestamento para fins diversos
- 12 (262): AP/Recuperação e despoluição de áreas de terra Waiãpi *canc.*

Apresentado pelo antropólogo:

**Paul E. Little**

ao:

**Banco Mundial**  
Corporate Financial Center  
Brasília, DF, Brasil

Outubro 1998

**RUMO AO PD/I:  
ANÁLISE COMPARATIVA E PROSPECTIVA  
DOS SUBPROJETOS INDÍGENAS DO PD/A**

**RELATÓRIO FINAL**

Contendo avaliações de doze subprojetos:

- 1 (137): AC/Implantação de tecnologias de manejo de recursos agroflorestais
- 2 (138): AC/Implantação de farmácias vivas em áreas indígenas
- 3 (085): AC/Aproveitamento de áreas desmatadas e degradadas
- 4 (146): AM/Projeto de sustentabilidade e ocupação territorial do Povo Mura
- 5 (161): AM/Apicultura e industrialização de frutas
- 6 (261): PA-AP/Projeto Tykahsamo
- 7 (304): MA-TO/Vyty-Cati: Alternativas não predatórias de geração de renda
- 8 (077): PA/Uso sustentado de recursos naturais de Área Xikrin do Cateté
- 9 (280): PR/Área modelo Ocoí
- 10 (031): MA-TO/Frutos do cerrado
- 11 (167): PE/Reflorestamento para fins diversos
- 12 (262): AP/Recuperação e despoluição de áreas de terra Waiãpi *canc.*

Apresentado pelo antropólogo:

**Paul E. Little**

ao:

**Banco Mundial**  
Corporate Financial Center  
Brasília, DF, Brasil

Outubro 1998

## ÍNDICE DO RELATÓRIO

<b>I.</b>	<b>Atividades Realizadas pelo Consultor</b>	<b>2</b>
<b>II.</b>	<b>Contextualização do Trabalho de Consultoria</b>	<b>4</b>
<b>III.</b>	<b>Objeto e Universo de Análise e Metodologia</b>	<b>7</b>
<b>IV.</b>	<b>Avaliação e Análise Individual dos Subprojetos</b>	<b>9</b>
<b>V.</b>	<b>Avaliação e Análise Comparativa dos Subprojetos</b>	<b>52</b>
<b>VI.</b>	<b>Dois Sistemas de Monitoramento e Avaliação de Subprojetos</b>	<b>71</b>
<b>VII.</b>	<b>Conclusões Analíticas</b>	<b>73</b>
<b>VIII.</b>	<b>Recomendações</b>	<b>91</b>
<b>IX.</b>	<b>Anexo I: Matriz de Coleta de Dados — Subprojeto nº. 4 (146)</b>	<b>93</b>

## **I. ATIVIDADES REALIZADAS PELO CONSULTOR**

1. Reuniões iniciais com representantes do Banco Mundial, PPTAL e PD/A para estabelecer as metas e os parâmetros da consultoria (incluindo os termos de referência).
2. Leitura do estudo *Indigenous People and Development in Latin America: A Literature Survey and Recommendations* de Roper, Frechione e DeWalt.
3. Primeira revisão da documentação dos subprojetos contida nos arquivos do PD/A: formulários dos subprojetos; pareceres ad hoc; relatórios de andamento semestrais; relatórios administrativos e financeiros (incluindo prestações de contas); relatórios de seminários e cursos; publicações dos subprojetos etc.
4. Entrevistas informais com técnicos do PD/A e do PPTAL.
5. Tradução do Data Gathering Matrix e do Database Coding Form utilizados por Roper et al. e sua adaptação às exigências específicas desta consultoria.
6. Transformação da Matriz de Coleta de Dados numa Base de Dados (Microsoft Access Versão 2.0) a ser utilizada na coleta e codificação dos dados dos subprojetos.
7. Elaboração inicial do formulário "Ficha Geral do Subprojeto".
8. Elaboração inicial do formulário "Avaliação Resumida do Subprojeto".
9. Visita ao Subprojeto n°. 1 (137): AC/Implantação de tecnologias de manejo de recursos agroflorestais.
10. Visita ao Subprojeto n°. 2 (138): AC/Implantação de farmácias vivas em áreas indígenas.
11. Visita ao Subprojeto n°. 3 (085): AC/Aproveitamento de áreas desmatadas e degradadas.
12. Análise dos dados coletados nas visitas aos três subprojetos.
13. Preenchimento dos formulários e da base de dados para os três subprojetos.
14. Modificação e refinamento dos seguintes documentos: Base de Dados; Ficha Geral do Subprojeto; Avaliação Resumida do Subprojeto.
15. Continuação da revisão da documentação dos subprojetos contida nos arquivos do PD/A.
16. Visita ao Subprojeto n°. 4 (146): AM/Projeto de sustentabilidade e ocupação territorial do Povo Mura.
17. Visita ao Subprojeto n°. 5 (161): AM/Apicultura e industrialização de frutas.

18. Análise dos dados coletados nas visitas aos dois subprojetos.
19. Preenchimento dos formulários e da base de dados para os dois subprojetos.
20. Elaboração e apresentação do relatório parcial e preliminar.
21. Visita ao Subprojeto n°. 6 (261): PA/AP - Projeto Tykahsamo.
22. Visita ao Subprojeto n°. 7 (304): MA/TO -Vyty-Cati: Alternativas não-predatórias de geração de renda.
23. Visita ao Subprojeto n°. 10 (031): MA/TO - Frutos do cerrado.
24. Visita ao Subprojeto n°. 8 (077): PA - Uso sustentado de recursos naturais e recuperação de áreas degradadas de Área Xikrin do Cateté.
25. Visita ao Subprojeto n°. 9 (280): Área modelo Ocoí.
26. Análise dos dados coletados nas visitas aos cinco subprojetos.
27. Preenchimento dos formulários e da base de dados para os cinco subprojetos.
28. Elaboração e apresentação do Relatório Final.

## **II. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TRABALHO DE CONSULTORIA**

### **A. Contexto indígena nacional**

Os avanços significativos nos múltiplos processos de identificação, delimitação, demarcação e homologação das Terras Indígenas em todas as regiões do Brasil instauraram uma nova fase no inter-relacionamento entre certos setores da sociedade brasileira e os povos indígenas, na qual a implementação de atividades voltadas à autosustentabilidade das Terras Indígenas num marco político de autodeterminação tornou-se numa nova meta. Esse momento histórico é também marcado por um conjunto de fatores favoráveis e desfavoráveis à realização dessa meta.

Entre as forças socioambientais e políticas favoráveis, pode-se mencionar: (1) o surgimento e fortalecimento de muitas organizações indígenas—operando em distintos níveis (local, regional, nacional, continental) e com graus muito variados de eficácia—e sua interação e/ou coordenação com organizações não-indígenas nos âmbitos do governo e da sociedade civil; (2) um quadro demográfico global de crescimento populacional, mas ainda com vários casos preocupantes de decréscimo e até de risco de extinção; (3) um crescente interesse nacional e internacional na preservação e uso sustentável dos ecossistemas da floresta tropical e sua diversidade biológica e sócio-cultural. Nessa nova conjuntura há uma clara tentativa de inverter o quadro do passado, marcado por invasões de territórios indígenas e dizimações de sociedades indígenas, procurando-se instaurar um novo pacto entre as sociedades indígenas e a sociedade brasileira, fundamentado no respeito e no apoio mútuos. Ou seja, estamos diante um momento histórico inédito para os povos indígenas do Brasil, no qual eles podem ter um futuro marcado por segurança física e com possibilidades de um novo tipo de desenvolvimento para suas terras.

Já entre as forças sócio-econômicas e políticas desfavoráveis, pode-se mencionar que a maioria dos povos indígenas do País continuam sofrendo de: (1) situações de marginalidade econômica; (2) problemas sérios nas áreas alimentícia e de saúde; (3) invasões de suas Terras (mesmo que sejam demarcadas ou homologadas); e (4) subordinação política em função de sua situação de tutela dentro do marco do Estado. Esses fatores apresentam dificuldades para qualquer programa de desenvolvimento voltado aos povos indígenas e teriam que ser confrontados direta ou indiretamente pelo Governo Brasileiro.

## **B. Contexto programático**

Os direitos históricos que os povos indígenas têm sobre suas terras tradicionalmente ocupadas, assim como suas variadas formas de apropriação do espaço que favorecem a preservação dos ecossistemas da floresta tropical, fizeram que esses povos formassem parte do leque de ação do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), particularmente nos projetos de PPTAL (da FUNAI) e PD/A (do MMA).

O Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), localizado no Subprograma Estrutural do PPG-7, foi concebido em 1992 e implementado em 1996. Esse projeto tem como objetivos: (1) assegurar os direitos dos grupos indígenas à posse de suas terras; (2) garantir a integridade física e o controle territorial das áreas indígenas; (3) compatibilizar o manejo tradicional indígena da floresta com tecnologias ambientalmente apropriadas, de forma a conservar e melhorar a qualidade de vida destas populações ameaçadas.

Os Projetos Demonstrativos Tipo A (PD/A), localizado no Subprograma Projetos Demonstrativos do PPG-7, têm como objetivo geral contribuir para a conservação, a preservação e o manejo sustentável do meio ambiente da Amazônia, da Mata Atlântica e dos ecossistemas associados, incentivando e apoiando iniciativas originárias das comunidades locais e de organizações de base, de organizações de apoio e ONGs, e — em menor escala— de instituições governamentais estaduais e municipais. O PD/A surgiu de um processo intenso de articulação com a sociedade civil, no qual o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) teve um papel importante. Atualmente o PD/A financia 97 subprojetos executados por organizações locais, dos quais 11 lidam direta ou indiretamente com povos indígenas.

Frente à necessidade dos povos indígenas de encontrar alternativas sócio-econômicas e ambientais viáveis para o manejo autosustentado de suas Terras, surge a proposta da criação de uma parceria entre PPTAL e PD/A, unindo suas variadas experiências para estabelecer um componente indígena no Programa Demonstrativo a ser denominado Programa de Projetos Demonstrativos para Populações Indígenas (PD/I).

## **C. O desafio do PD/I**

A elaboração e futura implementação do PD/I no momento chave da pós-demarcação enfrenta os desafios de reorientar as políticas de desenvolvimento para os povos indígenas e fortalecer seus direitos enquanto povos. Existe hoje em dia uma oportunidade inédita para a elaboração e experimentação de modelos inovadores para autosustentação das Terras Indígenas que foge (mesmo parcialmente) ao marco de tutela do Estado brasileiro. Esse novo espaço político permite que os mesmos povos indígenas ajam com base nas suas próprias idéias e projetos, ao mesmo tempo que redefinem as relações entre suas sociedades e a sociedade nacional e as forças do mercado.

Para enfrentar com sucesso esses desafios, e evitar a instauração de um novo paternalismo, a participação direta dos povos indígenas em cada fase do PD/I é essencial, participação que deve expressar-se nos níveis local, regional e nacional. Um futuro PD/I também oferece às distintas organizações indígenas a oportunidade de criar um espaço de diálogo intertribal que pode incentivar a disseminação de experiências de sucesso para outros grupos.



### **III. OBJETO E UNIVERSO DE ANÁLISE E METODOLOGIA**

#### **A. Objeto e universo de análise**

Esta consultoria compreende a realização de um estudo de avaliação de subprojetos PD/A como subsídio à elaboração do Programa de Projetos Demonstrativos para Populações Indígenas (PD/I) no âmbito do processo PPTAL - PD/A. O estudo tenta verificar se a técnica de monitoramento e avaliação do PD/A pode ser adaptada ao PD/I planejado e deve apresentar recomendações que poderão ser consideradas na melhoria do planejamento e dos procedimentos de sua futura implementação.

O universo de análise da consultoria consiste dos doze subprojetos do PD/A que lidam, direta ou indiretamente, com grupos indígenas. Esses são:

- 1 (137): AC - Implantação de tecnologias de manejo de recursos agroflorestais
- 2 (138): AC - Implantação de farmácias vivas em áreas indígenas
- 3 (085): AC - Aproveitamento de áreas desmatadas e degradadas
- 4 (146): AM - Projeto de sustentabilidade e ocupação territorial do Povo Mura
- 5 (161): AM - Apicultura e industrialização de frutas
- 6 (261): PA/AP - Projeto Tykahsamo
- 7 (304): MA/TO - Vyty-Cati: Alternativas não-predatórias de geração de renda
- 8 (077): PA - Uso sustentado de recursos naturais e recuperação de áreas degradadas
- 9 (280): PR - Área modelo Ocoí
- 10 (031): MA/TO - Frutos do cerrado
- 11 (167): PE - Reflorestamento para fins diversos
- 12 (262): AP - Recuperação e despoluição de áreas de terra Waiãpi\*

#### **B. Metodologia**

A metodologia básica utilizada nessa avaliação é derivada do estudo feito por J. Montgomery Roper, John Frechione e Billie R. DeWalt, cujos resultados foram publicados em *Indigenous People and Development in Latin America: A Literature Survey and Recommendations* (Pittsburgh: Center for Latin American Studies, University of Pittsburgh e Latin America and Caribbean Region, The World Bank, 1997). Esse estudo contém uma revisão da literatura sobre 42 projetos de desenvolvimento relacionados a povos indígenas na América Latina. O Data Gathering Matriz e o Database Coding Form utilizados nesse estudo foram traduzidos e adaptados

---

\* O Subprojeto 12 (262), que envolve o povo indígena Waiãpi, teve sua implementação suspensa devido a um processo judicial promovido pela Procuradoria Geral da República do Estado do Amapá. Apesar de seu atual estado de paralisação, o consultor considera que essa experiência pode oferecer subsídios e lições importantes no marco desta avaliação, e portanto entraria como um décimo segundo subprojeto a ser analisado.

pelo consultor para adequá-los à situação indígena do Brasil e às exigências desta avaliação. Os próprios autores recomendam (pág. 68) que esse tipo de aplicação seja feito, fornecendo assim um instrumento comum de avaliação e facilitando comparações entre os variados projetos analisados por essa metodologia.

A presente avaliação tem a vantagem adicional de incorporar, além da análise da literatura, visitas aos subprojetos, o que fornece ao estudo um fundamento empírico maior e mais detalhado. Para a apresentação dos dados levantados, o consultor elaborou duas outras fichas —“Ficha Geral do Subprojeto” e “Avaliação Resumida do Subprojeto”— além da Matriz de Coleta de Dados. O sistema de avaliação de projetos de desenvolvimento indígena apresentado no estudo *Amazonia: Economía Indígena y Mercado: Los Desafíos del Desarrollo Autónomo*, editado por Richard Chase Smith e Natalia Wray (Lima: Oxfam América e Quito: COICA) também foi consultado na elaboração da metodologia.

Foram produzidos, no marco da elaboração do PD/I, três outros documentos, resultados de outras consultorias, que também foram revisados e consultados pela presente avaliação: (a) “Participação e envolvimento de comunidades indígenas” de Peter Schröder; (b) “Estudo etno-econômico de estruturas de mercado entre as populações indígenas beneficiadas pelo PPTAL” de Jorge Pozzobon; e (c) “Avaliação jurídica sobre direitos indígenas” de Juliana Santilli. Houve uma tentativa de evitar aqui repetições nesse relatório de temas ou problemáticas tratados nesses outros estudos.

#### **IV. AVALIAÇÃO E ANÁLISE INDIVIDUAL DE DOZE SUBPROJETOS**

**Nº. 1 (137): AC - Implantação de tecnologias de manejo de recursos agroflorestais**

Ficha Geral (p. 10)

Avaliação Resumida (p. 12)

**Nº. 2 (138): AC - Implantação de farmácias vivas em áreas indígenas**

Ficha Geral (p. 14)

Avaliação Resumida (p. 16)

**Nº. 3 (085): AC - Aproveitamento de áreas desmatadas e degradadas**

Ficha Geral (p. 18)

Avaliação Resumida (p. 20)

**Nº. 4 (146): AM - Projeto de sustentabilidade e ocupação territorial do Povo Mura**

Ficha Geral (p. 22)

Avaliação Resumida (p. 24)

**Nº. 5 (161): AM - Apicultura e industrialização de frutas**

Ficha Geral (p. 26)

Avaliação Resumida (p. 28)

**Nº. 6 (261): PA/AP - Projeto Tykahsamo**

Ficha Geral (p. 30)

Avaliação Resumida (p. 32)

**Nº. 7 (304): MA/TO - Vyty-Cati: Alternativas não predatórias de geração de renda**

Ficha Geral (p. 34)

Avaliação Resumida (p. 36)

**Nº. 8 (077): PA - Uso sustentado de recursos naturais de Área Xikrin do Cateté**

Ficha Geral (p. 38)

Avaliação Resumida (p. 40)

**Nº. 9 (280): PR - Área modelo Ocoí**

Ficha Geral (p. 42)

Avaliação Resumida (p. 44)

**Nº. 10 (031): MA/TO - Frutos do cerrado**

Ficha Geral (p. 46)

**Nº. 11 (167): PE - Reflorestamento para fins diversos**

Ficha Geral (p. 48)

**Nº. 12 (262): AP - Recuperação e despoluição de áreas de terra Waiãpi**

Ficha Geral (p. 50)

### FICHA GERAL DO SUBPROJETO Nº. 1 (137)

<b>Nome do subprojeto:</b>	<b>Implantação de tecnologias de manejo de recursos agro-florestais nas áreas indígenas Mamoadate, Rio Purus e Igarapé do Caucho do Estado do Acre</b>
<b>Executor/Proponente:</b>	Comissão Pro-Índio do Acre - CPI/AC
<b>Endereço -Tele/Fax:</b>	Rua Pernambuco 964, Bosque, 69.907-580 Rio Branco, Acre - T: (068) 224-0857 / F: (068) 224-1426
<b>Representante:</b>	Nietta Lindenberg Monte
<b>Coordenador:</b>	Renato Antônio Gavassi, Conjunto Bela Vista Quadra 24 casa 3 Bairro Floresta, Rio Branco
<b>Equipe permanente:</b>	PD/A: Renato Gavassi (geógrafo); Adriano Dias (técnico agrícola) C/partida: Nietta Monte (pedagoga); Marcelo Pietrafita (antropol.)
<b>Serviço de terceiros:</b>	Luiz Menezes (Eng. agrônomo); Jânio Ferreira (gráfico); Altina Ferreira (diagramadora)
<b>Terras Indígenas e (aldeias do subprojeto):</b>	1. Alto Rio Purus (263.129 ha - homologada) (Nova Aliança; Morada Nova; Fronteira; Novo Marinho; Nova Moema; Novo Lugar); 2. Igarapé do Caucho (12.318 ha - homologada) (Tamandaré; 18 Praias; Caucho); 3. Mamoadate (313.647 ha - homologada) (Extrema; Lago Novo; Jatobá; Peri; Betel)
<b>Povos indígenas:</b>	Kaxinawá (1,2); Kulina (1); Jaminawa (1,3); Machineri (3)
<b>UF/Municípios:</b>	ACRE - Tarauacá; Sena Madureira; Santa Rosa
<b>Início e duração:</b>	abril/1996; 36 meses
<b>Recursos (US\$):</b>	<b>Total:</b> 194.601,00; <b>PD/A:</b> 131.301,00; <b>Contrapartida:</b> 63.300,00
<b>Objetivo geral:</b>	Introduzir novas técnicas de manejo dos recursos naturais em áreas indígenas piloto, para estudo, validação e posterior difusão das experiências para as demais áreas indígenas do Acre e do sudoeste da Amazônia.
<b>Objetivos específicos:</b>	1. Implantar sistemas agroflorestais para a recuperação de áreas degradadas, roçados e capoeiras, através de atividades de viveiros e de plantio de árvores frutíferas e essências florestais. 2. Recuperar solos degradados através de técnicas de conservação e utilização de leguminosas como adubação verde, buscando tecnologias apropriadas. 3. Manejar palmeiras utilizadas na cobertura das casas.
<b>Atividades:</b>	1. Realização de 3 cursos, um em cada ano do subprojeto, com duração de 45 dias, para formação de 15 agentes agroflorestais índios. 2. Implantação nas áreas piloto: (a) 15 ha. de SAFs; (b) 2 ha. de hortas orgânicas; (c) introduzir nova técnica de coleta da palha em 15 aldeias. 3. Acompanhamento técnico anual da implementação nas 15 aldeias. 4. Difusão das experiências através de 1 manual com 1000 exemplares, em língua portuguesa e indígena.
<b>Caraterísticas:</b>	Recursos naturais: Manejo Recursos humanos: Formação/capacitação Economia/produção: Agroflorestal Abrangência: 15 aldeias em 3 terras indígenas
<b>Documentos revisados:</b>	1. Formulário do subprojeto nº. 137

	2. Parecer “ad hoc” (primeiro) 3. Parecer “ad hoc” (segundo) 4. Relatório do I curso de formação de agente agroflorestal indígena - 1ª. parte (30 set/96) de Renato Gavazzi 5. Relatório do I curso de formação de agente agroflorestal indígena - 2ª. parte (30 set/96) de Renato Gavazzi 6. Relatório parcial do I curso de formação de agentes agroflorestais (4 out/96) de Luis Meneses Filho 7. Relatório de andamento da implantação semestral (25 out/96) de Renato Gavazzi 8. Ficha de compilação e avaliação das informações contidas no RAIS (out/96-mar/97) de Ricardo Verdum - PD/A 9. Relatório de andamento da implantação semestral (out/96-mar/97) de Renato Gavazzi 10. Relatório de andamento da implantação semestral do subprojeto 137 (abr-out/97) de Renato Gavazzi
<b>Entrevistas realizadas:</b>	--Renato Gavassi, coordenador do Subprojeto. --Ingrid Weber, antropóloga vinculada à CPI-AC. --Vera Olinda Senna, coordenadora do Projeto de Educação, CPI-AC. --Entrevista coletiva com os agentes agro-florestais do III Curso de Formação de Agentes Agro-florestais
<b>Atividades em campo:</b>	--Participação no III Curso de Formação de Agentes Agro-florestais, Centro de Formação dos Povos da Floresta, Rio Branco. --Revisão dos documentos produzidos pelo Subprojeto. --Revisão dos arquivos relacionados ao Subprojeto.

### AVALIAÇÃO RESUMIDA DO SUBPROJETO Nº. 1 (137)

#### “Implementação de tecnologias de manejo de recursos agro-florestais nas áreas indígenas Mamaodate, Rio Purus e Igarapé do Caucho”

<b>A. CULTURA, DIREITOS E SEGURANÇA</b>		
<b>Situação étnica do grupo</b>	+	Os quatro grupos indígenas com que o subprojeto trabalha mantém sua própria língua e, com poucas exceções, uma forte identidade étnica, apesar de estarem subordinados já há muitos anos aos seringalistas e ao sistema de aviamento.
<b>Controle sobre terras/recursos</b>	+	As terras indígenas estão relativamente afastadas das pressões externas para a exploração de recursos (particularmente devido aos fatos de que não são terras ricas em minerais e de que não existe uma extensa malha rodoviária). Além disso, as três áreas estão homologadas e socialmente consolidadas.
<b>Segurança física, alimentícia e de saúde</b>	O	Os piores abusos do sistema de aviamento já terminaram e todas as aldeias mantêm níveis básicos de autosubsistência mediante seus roçados. Mas os problemas de saúde, particularmente a presença de hepatite e tuberculose, ainda são preocupantes.
<b>B. PARTICIPAÇÃO, AGENCIAMENTO E AUTODETERMINAÇÃO</b>		
<b>Idéias, iniciativas e prioridades</b>	+	O subprojeto surgiu de um diálogo entre o executor e os membros das aldeias, diálogo fundamentado em projetos anteriores de formação de professores indígenas e agentes de saúde, e num processo de levantamento de prioridades para o futuro.
<b>Fortalecimento sócio-cultural</b>	+	Apesar de o subprojeto não visar diretamente o fortalecimento sócio-cultural, dentro dos três cursos de formação houveram atividades explícitas de revalorização de mitos e lendas vinculados à produção de artesanato e à publicação de materiais.
<b>Organização/Liderança</b>	O	Não existem organizações indígenas institucionalizadas dentro das três terras indígenas, sendo que o subprojeto funciona

		mediante a interface entre o executor e as lideranças das aldeias.
<b>Gestão</b>	+	O executor foi responsável pela gestão do subprojeto e não houve grandes problemas nessa área devido a sua experiência com o gerenciamento de projetos.
<b>Participação da comunidade</b>	+	O ponto mais alto da participação foi a incorporação, na maioria das aldeias, de atividades nas escolas envolvendo as crianças no subprojeto. Quanto aos agentes agro-florestais, houve estabilidade na participação nos três cursos na metade dos casos, com a outra metade experimentando mudanças na participação devido a problemas internos das aldeias e problemas de transporte e comunicação.
<b>C. ECONOMIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE</b>		
<b>Economias de escala e o mercado</b>	○	O subprojeto não tem envolvimento direto com o mercado.
<b>Tecnologia</b>	○	O subprojeto não requer a introdução de tecnologias novas e/ou sofisticadas.
<b>Conhecimentos e habilidades</b>	+	A maioria das aldeias não teve experiência no manejo das frutíferas exóticas introduzidas pelo subprojeto, requerendo assim a aprendizagem de novos conhecimentos e habilidades por parte dos agentes agro-florestais e dos membros das aldeias.
<b>Meio ambiente</b>		Houve problemas com pragas de formigas (saúva) que inicialmente foram combatidos por formicidas industriais, com possíveis danos em termos de contaminação das águas de consumo. Posteriormente, soluções de ordem natural foram procuradas e estão em fase de experimentação e implantação. Também ocorreu problemas com o alagamento dos frutais devido às chuvas excessivas no ano passado, o que obrigou a mudança de lugar de alguns frutais.
<b>D. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FINANCEIRA</b>		
<b>Assistência técnica</b>	O/+	A assistência técnica recebida nas aldeias foi de boa qualidade e de grande ajuda, mas as visitas foram irregulares devido às limitações orçamentárias do executor na área de transporte. Para garantir sustentabilidade técnica do subprojeto a médio prazo, as aldeias precisarão de assistência depois da finalização do subprojeto.
<b>Assistência financeira</b>	+	A assistência financeira fornecida pelo PD/A foi essencial para a realização do subprojeto e não houve sérios problemas com a prestação de contas e os desembolsos.
<b>E. RELAÇÕES INTERÉTNICAS E MUDANÇA SÓCIO-CULTURAL E ECONÔMICA</b>		
<b>Relações interétnicas</b>	O/+	Não houve problemas sérios no relacionamento entre as aldeias, o executor e a sociedade envolvente. O fato que os técnicos e os treinadores não falam as línguas nativas criou alguns constrangimentos na disseminação das informações.
<b>Mudança sócio-cultural e econômica</b>	+	O subprojeto pode produzir mudanças significativas no âmbito sócio-econômico quando todos as frutíferas entrarem em produção, o que aumentará a diversidade de produtos localmente produzidos para o autoconsumo. No âmbito sócio-cultural, isto pode provocar mudanças positivas nos hábitos alimentícios dos grupos indígenas.
<b>F. AVALIAÇÃO DO ANDAMENTO DO SUBPROJETO</b>		
<b>Cumprimento dos objetivos específicos:</b>		
<b>(a) implantar sistemas agro-florestais</b>	+	Houve a realização dos três cursos de formação de agentes agroflorestais com um bom grau de participação por parte dos agentes em cada aldeia. Na maioria das aldeias, houve a implantação dos frutais e a participação das crianças das escolas nos trabalhos agroflorestais.
<b>(b) implantar hortas orgânicas</b>		São poucas as aldeias que conseguiram implantar e manter as hortas orgânicas. Essa atividade é a que mais envolve as mulheres no subprojeto.

<b>(c) manejo da palha</b>	○	Houve algumas atividades de manejo da palha e seu uso na cobertura das casas, mas esses casos foram restritos ao âmbito dos agentes agroflorestais e suas famílias, não conseguindo ser implantado a nível da aldeia.
<b>Metodologia</b>	+	A metodologia de treinamento foi baseada na ampla experiência do executor na realização de cursos para grupos indígenas e a assistência técnica fornecida às aldeias contou com o apoio de vários membros da equipe técnica que trabalha com CPI-AC
<b>Cronograma</b>	+	Embora ocorreram pequenos atrasos nas datas de iniciação dos cursos, em geral o subprojeto está cumprindo com os prazos estabelecidos no subprojeto original.
<b>Equipe técnica</b>	○/+	A equipe técnica é de boa qualidade, mas falta recursos para dar assistência sistemática às aldeias.
<b>Equipamentos/veículos</b>	○	O subprojeto não contemplou a compra de equipamentos ou veículos.
<b>Monitoramento/ avaliação interna</b>	+	Cada curso é avaliado internamente pelos participantes indígenas e externamente pela equipe técnica. Depois de cada curso um relatório detalhado é elaborado pela equipe técnica.
<b>Avaliação global</b>	+	O subprojeto está funcionando bem, com um alto grau de cumprimento de seus objetivos iniciais. O subprojeto conta com um bom grau de aceitação na maioria das aldeias e ganhou a participação das crianças nas escolas. Não existem grandes problemas na gestão do subprojeto. A assistência técnica representa um elemento fundamental para a continuidade do subprojeto e precisa ser contemplada após a sua finalização.

### FICHA GERAL DO SUBPROJETO Nº. 2 (138)

<b>Nome do subprojeto:</b>	<b>Implantação de farmácias vivas em áreas indígenas do estado do Acre</b>
<b>Executor/Proponente:</b>	Comissão Pro-Índio do Acre - CPI/AC
<b>Endereço -Tele/Fax:</b>	Rua Pernambuco 964, Bosque, 69.907-580 Rio Branco, Acre - T: (068) 224-0857 / F: (068) 224-1426
<b>Representante:</b>	Nietta Lindenberg Monte
<b>Coordenador:</b>	Paulo José Brígido de Alencar, Conjunto Procon Quadra M, casa 3, Vila Ivonete, Rio Branco - (068) 220-2488
<b>Equipe permanente:</b>	PD/A: Moacir Haverroth (biólogo/antropólogo); Paulo Alencar (médico) C/partida: Augusto dos Reis Albuquerque (Piloto de barco); Antonia Delcilene Cardoso (auxiliar de escritório)
<b>Terras Indígenas e (aldeias do subprojeto):</b>	1. Alto Rio Purus (263.129 ha - homologada) (10 aldeias visitadas) 2. Kaxinawá do Rio Jordão (87.293 ha - homologada) (Novo Segredo; Alto do Bode; Boa Esperança; Nova Empresa)
<b>Povos indígenas:</b>	Kaxinawá (1;2) Kulina (1); Jaminawa (1)
<b>UF/Municípios:</b>	ACRE - Santa Rosa; Jordão
<b>Início e duração:</b>	abril/1996; 36 meses
<b>Recursos (US\$):</b>	<b>Total:</b> 101.447,00; <b>PD/A:</b> 81.406,00; <b>Contrapartida:</b> 20.041,00
<b>Objetivo geral:</b>	Proteção e uso sustentável de recursos medicinais da flora nativa através do resgate e adequação do conhecimento e práticas indígenas aos problemas de saúde atuais nas áreas indígenas do Estado.
<b>Objetivos específicos:</b>	1. Implantar 5 farmácias vivas, sendo 4 nas áreas indígenas piloto (AI Alto Purus e Jordão) e 1 no Centro de Formação dos Povos da Floresta para atendimento das doenças mais comuns. 2. Difusão da experiência fitoterapêutica gerada e das técnicas de manejo dos correspondentes recursos vegetais nas áreas indígenas acima citadas.
<b>Atividades:</b>	1.1. Levantamento das doenças, dos tratamentos e coleta das espécies vegetais com valor terapêutico reconhecido tradicionalmente pelas populações indígenas, com destaque daquelas que tratam as doenças e sinais/sintomas de maior ocorrência. 1.2. Sistematização e elaboração dos dados. 1.3. Avaliação da eficácia terapêutica das espécies vegetais conforme critérios utilizados pelas Farmácias Vivas existentes nos Serviços de Saúde no Brasil. 1.4. Implantação das Farmácias Vivas. 1.5. Avaliação da implantação de uma das Farmácias Vivas. 2.1. Elaboração e produção de material didático: 100 manuais de saúde e 500 cartilhas de divulgação. 2.2. Realização de reuniões a nível de aldeia para distribuição do material didático e orientação sobre o uso e manejo das Farmácias Vivas. 2.3. Troca de experiências com representantes de outras entidades que estejam desenvolvendo trabalho afins.
<b>Caraterísticas:</b>	Recursos naturais: Manejo Recursos humanos: Documentação/pesquisa Economia/produção: Saúde Abrangência: 16 aldeias em 2 terras indígenas



<b>Documentos revisados:</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Formulário do subprojeto n°. 138</li> <li>2. Parecer “ad hoc” (primeiro) - Rec. sob condições</li> <li>3. Parecer “ad hoc” (segundo) - Rec. sob condições</li> <li>4. Relatório de andamento da implementação semestral (abr/96-set/96) de Paulo Alencar e Marcelo Urquia.</li> <li>5. Ficha de compilação e avaliação das informações contidas no RAIS (abr/96-set/96) de Ricardo Verдум - PD/A</li> <li>6. Relatório de andamento da implementação semestral (out/96-mar/97) de Paulo Alencar e Marcelo Urquia.</li> <li>7. Relatório de andamento da implementação semestral (abr/97-set/98) de Paulo Alencar e Marcelo Urquia.</li> <li>8. Relatório de avaliação global (29 set/97) de Antonio de Barros Assumpção.</li> <li>9. Relatório semestral de atividades (out/97-mar/98) de Moacir Haverroth e Paulo Alencar.</li> <li>10. Relatório: “Auto de investigação preliminar n°. 014/97 (16 de março 1998) de Rita de Cássia Norgueira Lima, Promotora de Justiça, Acre.</li> </ol>
<b>Outra bibliografia:</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Lei da biodiversidade do Estado de Acre</li> <li>2. Relatório “Selva Viva”</li> </ol>
<b>Entrevistas realizadas:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>--Moacir Haverroth, biólogo/antropólogo do subprojeto, CPI-AC.</li> <li>--Nietta Monte, fundadora e ex-coordenadora da CPI-AC.</li> <li>--Marcelo Iglesias, antropólogo, colaborador com CPI-AC.</li> <li>--Sr. Macedo, sertanista com FUNAI, Administração Regional de Acre.</li> <li>--Francisco Oliveira Kaxinawá, agente de saúde, Área Indígena Alto Purus.</li> <li>--Edivaldo Kaxinawá, liderança da aldeia Novo Lugar, Área Indígena Alto Purus.</li> <li>--Entrevista coletiva com os agentes de saúde do programa de Formação de Agentes de Saúde, CPI-AC.</li> </ul>
<b>Atividades em campo:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>--Participação no curso de Formação de Agentes de Saúde, no Centro de Formação dos Povos da Floresta, Rio Branco.</li> <li>--Revisão dos materiais produzidos pelo subprojeto.</li> <li>--Revisão dos arquivos relacionados ao subprojeto.</li> </ul>

### AVALIAÇÃO RESUMIDA DO SUBPROJETO N°. 2 (138)

#### “Implantação de farmácias vivas em áreas indígenas do estado do Acre”

<b>A. CULTURA, DIREITOS E SEGURANÇA</b>		
<b>Situação étnica do grupo</b>	+	Os três grupos indígenas com que o subprojeto trabalha mantém sua própria língua e, com poucas exceções, uma forte identidade étnica, apesar de estarem subordinados já há muitos anos aos seringalistas e ao sistema de aviamento.
<b>Controle sobre terras/recursos</b>	+	As duas áreas indígenas estão afastadas das principais pressões externas para a exploração de recursos (particularmente devido ao fato de que não são terras ricas em minerais e não existe uma extensa malha rodoviária). Além disso, as duas áreas estão homologadas e socialmente consolidadas.
<b>Segurança física, alimentícia e de saúde</b>	0	Os piores abusos do sistema de aviamento já terminaram e todas as aldeias mantêm níveis básicos de autossustentabilidade mediante seus roçados. Mas os problemas de saúde, particularmente a presença de hepatite e tuberculose, ainda são preocupantes.

<b>B. PARTICIPAÇÃO, AGENCIAMENTO E AUTODETERMINAÇÃO</b>		
Idéias, iniciativas e prioridades	○	Fundamentando-se numa antiga reivindicação de algumas lideranças e herbalistas, o subprojeto foi formulado e estruturado pela Comissão Pro-Índio em consulta aos membros chaves das aldeias.
Fortalecimento sócio-cultural		Apesar de ser um dos elementos centrais do subprojeto, um fortalecimento sócio-cultural de fato não foi conseguido: não houve a implantação efetiva de farmácias vivas, nem um uso ampliado de práticas de medicina tradicional.
Organização/Liderança		O subprojeto conta com o apoio das lideranças nas aldeias e com a participação ativa dos herbalistas, mas um desentendimento com uma liderança vinculada com uma macro-organização indígena de Rio Branco paralisou a maioria das atividades do subprojeto mediante uma denúncia feita na Procuradoria.
Gestão	/○	O executor foi responsável pela gestão do subprojeto e não houve grandes problemas nessa área até o momento de sua paralisação parcial devido ao processo judicial. Nesse momento, vários irregularidades foram encontradas, tais como a contratação de um antropólogo estrangeiro fora do marco da lei e a falta de autorizações para a realização das atividades de coleta de plantas.
Participação da comunidade		A participação foi limitada aos herbalistas e não conseguiu chegar a uma ampla participação dos membros da comunidade na implantação de farmácias vivas.
<b>C. ECONOMIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE</b>		
Economias de escala e o mercado	○	O subprojeto não tem envolvimento direito com o mercado. Ao mesmo tempo existe a possibilidade de uma apropriação econômica inescrupulosa dos dados levantados pelo subprojeto por parte de empresas farmacêuticas ou biotecnológicas.
Tecnologia	○	O subprojeto não requer a introdução de tecnologias novas e/ou sofisticadas.
Conhecimentos e habilidades	/+	Esta representa a área mais polêmica e difícil do subprojeto. Pelo lado positivo: está documentando e socialmente revalorizando conhecimentos medicinais tradicionais de alto valor cultural e prático que estão em vias de desaparecimento. Pelo lado negativo: houve dificuldades em encontrar cientistas locais e até nacionais capazes de realizar as micro-identificações botânicas e as correspondentes análises químicas e farmacológicas, o que obrigou a equipe do subprojeto a considerar a possibilidade de conseguir ditas análises com institutos estrangeiros em troca por espécimens. Isto, por sua vez, levantava problemas legais com a nova lei da biodiversidade do Estado. Esta polêmica mostra as dificuldades tanto científicas quanto políticas de trabalhar na interface entre dois sistemas de conhecimento numa área de grande interesse na atualidade.
Meio ambiente	○	O subprojeto não experimentou grandes obstáculos nessa área. Teoricamente, as farmácias vivas têm uma sustentabilidade ambiental.
<b>D. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FINANCEIRA</b>		
Assistência técnica	○	A fase de assistência técnica não foi plenamente implementada, já que as farmácias vivas não foram efetivamente implantadas.
Assistência financeira	+	A assistência financeira fornecida pelo PD/A foi essencial para a realização do subprojeto e não houve sérios problemas com a prestação de contas e os desembolsos.
<b>E. RELAÇÕES INTERÉTNICAS E MUDANÇA SÓCIO-CULTURAL E ECONÔMICA</b>		
Relações interétnicas		O tema da biodiversidade e seu uso no estado de Acre é extremamente politizado e polarizado, o que dificulta a implementação de qualquer trabalho nessa área. Os problemas se multiplicam quando se trata de terras indígenas devido

		às precauções interculturais a serem adotadas e devido ao grande número de instâncias burocráticas pelas quais é necessário passar.
<b>Mudança sócio-cultural e econômica</b>	○	Apesar da alta potencialidade do subprojeto em estimular um processo de revalorização cultural na área de saúde e medicina, de fato não houve grandes mudanças nessa área.
<b>F. AVALIAÇÃO DO ANDAMENTO DO SUBPROJETO</b>		
<b>Cumprimento dos objetivos específicos:</b>		
<b>(a) implantar 5 farmácias vivas</b>		Nenhuma das cinco farmácias vivas foram implantadas, e no último relatório a equipe técnica desistiu da sua tentativa de estabelece-las.
<b>(b) difusão de práticas fitoterapêuticas</b>	○	A realização de entrevistas gravadas avançou bem, mas a transcrição das fitas sofreu vários atrasos. A fase de difusão não começou ainda.
<b>Metodologia</b>		O desenho do subprojeto contém falhas metodológicas. De fato o subprojeto contém dois 'subprojetos' que são só parcialmente articulados: um de pesquisa e documentação e outro de implantação de farmácias vivas. Idealmente, a primeira fase teria que ser consolidada antes da implementação da segunda fase. As potenciais dificuldades para a implantação das farmácias vivas não foram analisadas adequadamente.
<b>Cronograma</b>		As dificuldades encontradas no cumprimento dos prazos estabelecidos no cronograma estão relacionadas às falhas metodológicas mencionadas acima, além da paralisação parcial do subprojeto.
<b>Equipe técnica</b>	○/+	A equipe técnica do subprojeto é composta por pessoas altamente qualificadas e com muito empenho para a realização dos objetivos propostos. A saída obrigatória do antropólogo criou alguns problemas de continuidade. A falta de um técnico que dominava a língua dos herbalistas também criou certos constrangimentos.
<b>Equipamentos/veículos</b>	○	O subprojeto não contemplou a compra de equipamentos ou veículos.
<b>Monitoramento/ avaliação interna</b>	+	Todas as atividades foram acompanhadas por um processo de documentação, sendo que a equipe técnica elaborou detalhados relatórios que avaliaram os principais problemas e acertos do subprojeto.
<b>Avaliação global</b>		O subprojeto tem uma grande idéia que continua sendo válida, afirmação reforçada pela seleção do subprojeto para participar na EXPO 2000 em Hanover, Alemanha. Mas os problemas foram de tal magnitude que o subprojeto não conseguiu realizar seus objetivos. Em primeiro lugar, o subprojeto inicial não levou em conta a complexidade do empreendimento de pesquisa e documentação: requeria conhecimento de línguas e conceitos nativos, por um lado e dependia de avançados conhecimentos botânicos e farmacológicos de difícil acesso, por outro. Em segundo lugar, o subprojeto era ambicioso demais: além das atividades de pesquisa, pretendia implantar cinco farmácias vivas, as quais dependiam parcialmente dos resultados da pesquisa e de múltiplas viagens de assistência técnica e da ativa participação da comunidade que mostrava preferências para medicamentos industrializadas. Tudo isto ia a ser feito no curto tempo de três anos. Em terceiro lugar, o subprojeto não escapou dos debates e conflitos internos do estado de Acre em torno do tema da biodiversidade e foi alvo de uma denúncia na Procuradoria do Estado, o que paralisou muitas de suas atividades.

### FICHA GERAL DO SUBPROJETO N.º 3 (085)

<b>Nome do subprojeto:</b>	<b>Aproveitamento de áreas desmatadas e degradadas</b>
<b>Executor/Proponente:</b>	Associação Agro-Extrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga -AAPBI
<b>Endereço -Tele/Fax:</b>	Área Indígena do Barão, Ramal do Barão, 69.990-000 Mâncio Lima, Acre - (068) 345-1005
<b>Representante:</b>	Joel Ferreira Lima, Presidente
<b>Coordenador:</b>	Joel Ferreira Lima
<b>Equipe permanente:</b>	-----
<b>Serviço de terceiros:</b>	Técnico agrícola; mecânico; tratorista
<b>Terras Indígenas e (aldeias do subprojeto):</b>	Poyanawa (20.081 ha - delimitada) (Barão + Ipiranga)
<b>Povos indígenas:</b>	Poyanawa
<b>UF/Municípios:</b>	ACRE - Mâncio Lima
<b>Início e duração:</b>	janeiro/1997; 24 meses
<b>Recursos (US\$):</b>	<b>Total:</b> 98.000,00; <b>PD/A:</b> 78.000,00; <b>Contrapartida:</b> 20.000,00
<b>Objetivo geral:</b>	Destina-se a evitar desmatamentos de novas áreas nativas, incentivando, assim, a produção de alimentos em áreas já desmatadas e degradadas.
<b>Objetivos específicos:</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Recuperação de 150 ha. de áreas desmatadas e degradadas, com a finalidade de torná-las produtivas.</li> <li>2. Atendimento de aproximadamente 50 famílias de produtores indígenas da comunidade (Poyanawa).</li> <li>3. Minimizar por definitivo ou mesmo temporariamente novos desmatamentos, com a utilização de mecanização agrícola.</li> </ol>
<b>Atividades:</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Reunião de dois dias de capacitação e formação destinado a recuperação de área desmatadas.</li> <li>2. Recuperação de 50 ha. de áreas desmatadas e degradadas, no sentido de torná-las aptas ao cultivo em cada um ano da execução do projeto.</li> </ol>
<b>Caraterísticas:</b>	<p>Recursos naturais: Recuperação</p> <p>Recursos humanos: Fortalecimento da organização</p> <p>Economia/produção: Agricultura</p> <p>Abrangência: 2 comunidades de 1 terra indígena</p>
<b>Documentos revisados:</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Formulário do subprojeto n.º 085</li> <li>2. Parecer "ad hoc" (primeiro) - Recomendado</li> <li>3. Parecer "ad hoc" (segundo) - Recomendado</li> <li>4. Relatório em resposta à decisão n.º 59/95 da Comissão Executiva do PD/A (16 jan/96)</li> <li>5. Ficha de compilação e avaliação das informações contidas no RAIS (jul/96-mar/97) de Helcio - PD/A.</li> <li>6. Relatório de andamento da implementação do subprojeto n.º 85 (10 abr/97).</li> <li>7. Relatório de andamento da implementação do subprojeto n.º 85 (30 set/97).</li> </ol>
<b>Entrevistas realizadas:</b>	Hudson Melo de Barros, Chefe de Posto, Cruzeiro do Sul, FUNAI

	Joel Ferreira Lima, Coordenador do Subprojeto, Presidente da Associação Mario Lima, Cacique, Área Indígena Poyanawa Sebastião Machineri (Sabá), ex-presidente COIABI, ex-membro do Conselho Técnico do PD/A Chagas Kaxinawa, membro da Diretoria da UNI
<b>Atividades em campo:</b>	Reunião com a Assembleia da AAPBI Vistoria das máquinas compradas pelo subprojeto e da garagem construída pela comunidade Visita às terras aradas pelo trator Visita a três casas de farinha em funcionamento Conversas informais com vários membros da Associação

### AValiação resumida do subprojeto nº. 3 (085)

#### “Aproveitamento de áreas desmatadas e degradadas”

<b>A. CULTURA, DIREITOS E SEGURANÇA</b>		
<b>Situação étnica do grupo</b>	○	A terra indígena está perto da cidade, com a qual mantém uma relação extensa durante muitos anos, e sofreu de uma repressão cultural forte por parte dos seringalistas (patrões). Ambas situações estimularam processos de aculturação lingüística, religiosa e social. Apesar desse âmbito adverso, o grupo mantém uma identidade diferenciada com grupo indígena.
<b>Controle sobre terras/recursos</b>	+	Com a expulsão dos quatro patrões na década de oitenta, a Terra Indígena está controlada pelos membros da comunidade e não sofre atualmente de invasões por parte de pessoas estranhas.
<b>Segurança física, alimentícia e de saúde</b>	+	Não sofre de grandes ameaças físicas ou epidemiológicas na atualidade. Com a produtividade da terra em aumento, a situação alimentícia e econômica da comunidade deve melhorar.
<b>B. PARTICIPAÇÃO, AGENCIAMENTO E AUTODETERMINAÇÃO</b>		
<b>Idéias, iniciativas e prioridades</b>	+	Este item representa um dos pontos mais importantes para o projeto. Os fatos de que a idéia para o projeto e o estabelecimento de suas prioridades tivessem acontecido dentro da organização indígena local permitiu que o projeto atingisse um alto grau de apoio e aceitação entre os membros da comunidade.
<b>Fortalecimento sócio-cultural</b>	○	Este item não foi contemplado como parte do projeto.
<b>Organização/Liderança</b>	+	A experiência em gerir com sucesso um projeto de sua própria autoria, serviu para fortalecer a organização local com respeito tanto a seus líderes quanto a sua valorização pela comunidade. Agora a Associação está pensando em elaborar outros projetos para o futuro.
<b>Gestão</b>	+	Apesar de ser a primeira experiência da organização na gestão de um projeto, a Associação conseguiu geri-lo com habilidade e transparência.
<b>Participação da comunidade</b>	+	A Associação abarca toda a comunidade e os membros participam dela através das assembleias regulares e da eleição da diretoria. Quase todos os membros da comunidade foram beneficiados pelo projeto.
<b>C. ECONOMIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE</b>		

<b>Economias de escala e o mercado</b>	+	Embora o projeto não tivesse como meta explícita o melhoramento da economia local, houve de fato um significativo melhoramento na produtividade das terras com um subsequente aumento na renda familiar.
<b>Tecnologia</b>	+	A introdução da agricultura mecanizada foi o núcleo central do projeto e permitiu a recuperação de áreas degradadas para seu uso agrícola, o que serviu para frear o processo de novos desmatamentos.
<b>Conhecimentos e habilidades</b>	○	O projeto se baseou em plantios atuais, o que não requeria novos conhecimentos agrícolas. O uso do trator demandava a introdução de algumas habilidades técnicas novas por parte das duas pessoas voluntárias que operavam e mantinham as máquinas.
<b>Meio ambiente</b>	○	Não houve sérios problemas relacionados à inserção do projeto no meio natural.
<b>D. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FINANCEIRA</b>		
<b>Assistência técnica</b>	/+	Pelo lado negativo: o projeto não contemplava uma assistência técnica referente à operação e manutenção dos equipamentos, o que criou alguns constrangimentos e atrasos no funcionamento do trator e seus assessorios. Esses problemas foram resolvidos empiricamente pelas pessoas responsáveis pela operação do trator. Pelo lado positivo: o projeto recebeu assistência técnica na elaboração do projeto e dos relatórios por parte do Sindicato de Trabalhadores Rurais localizado no sede do Município.
<b>Assistência financeira</b>	○	Não houve sérios problemas com a prestação de contas e os desembolsos apesar da precariedade do sistema contábil da Associação. A organização recebeu assistência nessa área do Sindicato de Trabalhadores Rurais.
<b>E. RELAÇÕES INTERÉTNICAS E MUDANÇA SÓCIO-CULTURAL E ECONÔMICA</b>		
<b>Relações interétnicas</b>	+	A Associação está numa situação privilegiada em relação a seus vizinhos, por possuir um dos poucos tratores no Município. No primeiro ano de funcionamento do projeto, prestaram serviços de uso do trator para agricultores não-indígenas da região.
<b>Mudança sócio-cultural e econômica</b>	+	A principal mudança econômica foi o aumento significativo na produtividade da terra e o subsequente aumento na renda familiar.
<b>F. AVALIAÇÃO DO ANDAMENTO DO SUBPROJETO</b>		
<b>Cumprimento dos objetivos específicos:</b>		
<b>(a) recuperação 150 ha áreas degradadas</b>	○/+	Devido a quase um ano de atraso na iniciação do subprojeto, e com a recuperação de 50 hectares por ano, talvez só 100 hectares estejam recuperados no período específico do subprojeto. Porém os outros 50 hectares podem ser recuperados depois a finalização formal do subprojeto.
<b>(b) atender 50 famílias</b>	+	No primeiro ano 37 famílias foram atendidas; no segundo ano deve atingir a meta de 50 famílias.
<b>(c) minimizar os desmatamentos</b>	+	Durante o funcionamento do subprojeto não houve novos desmatamentos dentro da Terra Indígena Poyanawa.
<b>Metodologia</b>	○	A metodologia nunca foi sistematizada pela Associação e o subprojeto funcionou com base nos conhecimentos dos membros da Associação que tiveram essa responsabilidade. Todavia, o subprojeto teve um bom grau de funcionamento.
<b>Cronograma</b>	○/+	Depois do atraso de entrega da máquina, as atividades previstas no cronograma foram realizadas no seu tempo (estacional) certo e na seqüência devida.
<b>Equipe técnica</b>	○	A equipe técnica do subprojeto consiste de dois voluntários da Associação que cumpriram adequadamente suas responsabilidades, faltando, porém, capacitação.
<b>Equipamentos/veículos</b>	+	O núcleo do subprojeto foi a aquisição e uso de um trator. A Associação colocou o trator em uso imediatamente e construiu

		uma garagem para sua conservação.
<b>Monitoramento/ avaliação interna</b>	+	O subprojeto é avaliado internamente nas reuniões regulares da Associação onde cada membro da comunidade pode fazer comentários, críticas e sugestões.
<b>Avaliação global</b>	+	O projeto é simples, fato que ajudou no cumprimento de seus principais objetivos, porém com um atraso de quase um ano na sua implantação devido a fatores externos. A atuação da Associação na iniciativa, implantação e gestão do projeto foi exemplar, particularmente considerando que não teve experiência prévia na gestão de projetos. Isto teve o efeito colateral de fortalecer a organização indígena local.

### FICHA GERAL DO SUBPROJETO N.º 4 (146)

<b>Nome do subprojeto:</b>	<b>Projeto de sustentabilidade e ocupação territorial do Povo Mura</b>
<b>Executor/Proponente:</b>	Conselho Indígena Mura (CIM)
<b>Endereço -Tele/Fax:</b>	rua do Engenho 183, 69240.000 Autazes, AM - T: (092) 717-1600 / F: (092) 717-1260
<b>Representante:</b>	Claudio Pereira Mura, Presidente do CIM
<b>Coordenador:</b>	Maurício dos Santos Mura, Vice-presidente do CIM
<b>Equipe permanente:</b>	PD/A: Claudio Pereira Mura, Osvaldo Pacheco de Souza Mura, Olavo Correia de Oliveira Mura C/partida: Maurício dos Santos Mura, Ivaldo Russo Braga Mura
<b>Serviço de terceiros:</b>	-----
<b>Terras Indígenas (ha):</b>	Igaupenu (2.450 ha - reservada); São Felix (251 ha - homologada); Natal (313 ha - homologada); Paracuuba (927 ha - homologada); Josefa; Cuia (1.322 ha - homologada); Trincheira (1.624 - homologada); Murutinga (1.270 ha - reservada); Capivara (650 ha - reservada)
<b>Povos indígenas:</b>	Mura
<b>UF/Município:</b>	AMAZONAS - Autazes
<b>Início e duração:</b>	Dezembro/1996; 36 meses
<b>Recursos (US\$):</b>	<b>Total:</b> 248.510; <b>PD/A:</b> 159.295; <b>C/part:</b> 89.214
<b>Objetivo geral:</b>	Estimular e favorecer a busca de alternativas econômicas viáveis e racionais para o Povo Mura da região de Autazes, viabilizando a preservação efetiva dos recursos naturais, tendo sempre presente em ações as expectativas do Povo, a cultura e o relacionamento com a natureza.
<b>Objetivos específicos:</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Produção, beneficiamento e comercialização de frutas regionais, em áreas já desmatadas das oito áreas indígenas alvo do sub-projeto;</li> <li>2. Recuperação das áreas de plantio natural de babaçu e início do processo de beneficiamento e comercialização;</li> <li>3. Proteção dos lagos existentes próximos às aldeias envolvidas no subprojeto, desenvolvendo em cada aldeia programas de vigilância dos lagos.</li> </ol>
<b>Atividades:</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Produção agrícola (produção de fruteiras, beneficiamento);</li> <li>2. Babaçu (limpeza da área em torno das palmeiras, beneficiamento, comercialização);</li> <li>3. Proteção de lagos (organização das aldeias, vigilância, pesca diferenciada).</li> </ol>
<b>Caraterísticas:</b>	<p>Recursos naturais: manejo e controle de terras</p> <p>Recursos humanos: fortalecimento da organização</p> <p>Economia/produção: florestal</p> <p>Abrangência: 9 Terras Indígenas (9 aldeias)</p>
<b>Documentos revisados:</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Formulário do subprojeto n.º. 146</li> <li>2. Parecer "ad hoc"</li> <li>3. Parecer "ad hoc"</li> <li>4. Relatório semestral de atividades (12 mail/97) de Orlandino Meigueiro da Silva</li> </ol>



	5. Relatório de atividades (2 abr/98) de Claudia Pereira Mura 6. Monitoria e avaliação do subprojeto 146 (jul/97) de D' Alembert Jaccoud, Hamilton, R. Verdum
<b>Entrevistas realizadas:</b>	Claudio Pereira Mura, Presidente do Conselho Indígena Mura Maurício dos Santos Mura, Coordenador (em exercício) do subprojeto Osvaldo Pacheco de Souza Mura, Tesoureiro do subprojeto Olavo Correia de Oliveira Mura, membro da equipe técnica do subprojeto Ivaldo Russo Braga Mura, membro da equipe técnica do subprojeto Nina Rosa de Souza Pacheco Mura, membro da comunidade de Natal Joana Maciel da Silva, vice-liderança da comunidade de Natal Dario Lima Mura, vice-liderança da comunidade de Paracuuba Marquinho Barbosa dos Santos, liderança de Paracuuba Jusemar dos Santos Pereira, colaborador do subprojeto Sônia Sena Alfaia, agrônoma da Coordenação de Pesquisas em Ciências Agronômicas - INPA
<b>Atividades em campo:</b>	Visita à sede do Conselho Indígena Mura, incluindo o galpão parcialmente construído Vistoria de todo o equipamento comprado pelo subprojeto Vistoria do barco comprado pelo subprojeto Revisão da documentação administrativa e financeira do subprojeto Visita à Terra Indígena Natal Visita à Terra Indígena São Felix, incluindo o babaçuzal e os plantios de cupuaçu Visita à Terra Indígena Paracuuba, incluindo as áreas destruídas pelo incêndio de 1997

**AVALIAÇÃO RESUMIDA DO SUBPROJETO N° 4 (146)**  
**“Projeto de sustentabilidade e ocupação territorial do Povo Mura”**

<b>A. CULTURA, DIREITOS E SEGURANÇA</b>		
<b>Situação étnica do grupo</b>	+	Apesar de os Mura não falarem mais sua língua própria e de ocorrer fortes processos de mestiçagem com a população regional, eles mantêm uma identidade forte e têm uma organização étnica única para sua representação política nos cenários externos.
<b>Controle sobre terras/recursos</b>	+	O programa de proteção dos lagos consiste de atividades de conscientização, junto a ações concretas de fiscalização por parte de membros das comunidades
<b>Segurança física, alimentícia e de saúde</b>	+	Os Mura é um grupo numeroso que controla múltiplas parcelas de terra. Apesar de situações de pobreza, não existem fortes ameaças a sua sobrevivência nas áreas alimentícia e de saúde.
<b>B. PARTICIPAÇÃO, AGENCIAMENTO E AUTODETERMINAÇÃO</b>		
<b>Idéias, iniciativas e prioridades</b>	○	O subprojeto foi elaborado por um consultor externo, mas houve envolvimento do Conselho no estabelecimento das prioridades.

<b>Fortalecimento sócio-cultural</b>	○	A dimensão sócio-cultural só entra na medida que a defesa das áreas Mura desperta uma consciência étnica latente.
<b>Organização/Liderança</b>	+/-	Com o gerenciamento do subprojeto, o CIM entrou numa fase de aprendizagem e amadurecimento enquanto organização indígena. Por outro lado, na medida em que o subprojeto experimentou fracassos (como foi o caso da babaçu), o Conselho perdeu credibilidade frente aos membros das comunidades.
<b>Gestão</b>		A coordenação do Conselho não conta com pessoas capacitadas na área dos sistemas agroflorestais nem na área administrativo-financeira, o que criou dificuldades na gestão do subprojeto.
<b>Participação da comunidade</b>	○/+	Houve um bom grau de apoio e participação no subprojeto por parte das 9 comunidades selecionadas. Por outro lado, o subprojeto gerou demandas por parte das outras 24 comunidades Mura que ficaram fora do subprojeto.
<b>C. ECONOMIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE</b>		
<b>Economias de escala e o mercado</b>		A incapacidade de beneficiar o babaçu, junto com a falta de demanda explícita para o produto representa uns dos pontos mais fracos do subprojeto. O estudo de mercado que foi previsto na proposta nunca foi realizado.
<b>Tecnologia</b>		Houve a compra de várias máquinas para o beneficiamento da produção que foram subutilizadas ou não utilizadas.
<b>Conhecimentos e habilidades</b>	○	Em geral, os membros das comunidades detêm conhecimentos básicos referentes ao plantio e/ou manejo das frutas regionais introduzidas pelo subprojeto. Falta assistência técnica nos tratamentos culturais.
<b>Meio ambiente</b>		O grande incêndio de 1997 destruiu a maior parte dos plantios de cupuaçu, requerendo que essa parte do subprojeto seja implantada novamente desde a estaca zero.
<b>D. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FINANCEIRA</b>		
<b>Assistência técnica</b>		O Instituto de Desenvolvimento do Amazonas (IDAM) não cumpriu com toda a assessoria técnica oferecida. Também não existem técnicos agroflorestais locais para ajudar os membros da comunidade no plantio das mudas e nos tratamentos culturais.
<b>Assistência financeira</b>	○	Apesar de alguns atrasos nos desembolsos devido a falhas na prestação de contas, isto não criou grandes constrangimentos no andamento do subprojeto, com a exceção do primeiro ano, quando houve pressa na compra dos equipamentos devido à finalização do ano fiscal.
<b>E. RELAÇÕES INTERÉTNICAS E MUDANÇA SÓCIO-CULTURAL E ECONÔMICA</b>		
<b>Relações interétnicas</b>	○	Ainda existe discriminação contra os grupos indígenas da região, mas com o fortalecimento das organizações indígenas, este problema está sendo lentamente superado.
<b>Mudança sócio-cultural e econômica</b>	○/+	Até o momento, a parte econômica do subprojeto não está gerando resultados significativos. Por outro lado, o potencial para o fortalecimento do Conselho representa um passo importante na defesa dos interesses Mura dentro do cenário político regional e nacional.
<b>F. AVALIAÇÃO DO ANDAMENTO DO SUBPROJETO</b>		
<b>Cumprimento dos objetivos específicos:</b>		
<b>(a) Frutas regionais (cupuaçu)</b>		Começou bem com o plantio das mudas, mas o grande incêndio de 1997 destruiu quase todos os plantios.
<b>(b) Frutas regionais (babaçu)</b>		Foi o mais complexo objetivo a ser implementado e surgiram sérios problemas nas fases de beneficiamento (inadequacidade do galpão construído) e de comercialização (falta de mercado estável; pesquisa de mercado prevista

		não foi feita).
<b>(c) Proteção de lagos</b>	+	A fiscalização dos lagos melhorou significativamente com a implantação do subprojeto, tanto devido aos trabalhos de conscientização quanto à dotação de motores-rabetas em 8 comunidades.
<b>Metodologia</b>		A metodologia não foi estabelecida em detalhe na proposta original, e o subprojeto foi implementado empiricamente, com sérias falhas.
<b>Cronograma</b>	/O	Atrasos na implantação do subprojeto provocou uma 'corrida de gastos' ao final do primeiro ano. Depois, o incêndio provocou novos atrasos. Todavia, a seqüência das atividades continua vigente.
<b>Equipe técnica</b>	/O	Com a saída do primeiro coordenador 8 meses depois do início do subprojeto, a coordenação do CIM tomou conta do subprojeto, mas com certas limitações técnicas. Com a ida do Coordenador Geral do CIM a Manaus, houve novas mudanças na coordenação do subprojeto.
<b>Equipamentos/veículos</b>	O/+	Em grande medida, o subprojeto consiste na capitalização do CIM. Em geral dita capitalização foi com equipamentos e veículos de alta necessidade (sede, fax, mesas, barco, voadeira, motores), mas vários equipamentos comprados nunca foram utilizados (despolpadeira, estufa) ou foram subutilizadas (os 4 freezers).
<b>Monitoramento/ avaliação interna</b>		Não foi implementado um plano de monitoramento e avaliação interna do subprojeto, além de avaliações de tipo emergencial (p.ex. em resposta ao incêndio, o que resultou num subprojeto de emergência). A avaliação do PD/A em 1997 cumpriu parcialmente com essa função.
<b>Avaliação global</b>	O	O CIM está fazendo todo o possível, dentro de suas capacidades, para levar o subprojeto a frente. O subprojeto foi prejudicado tanto por fatores externos (incêndio) quanto internos (limitações técnicas e administrativas).

### FICHA GERAL DO SUBPROJETO N.º 5 (161)

<b>Nome do subprojeto:</b>	<b>Apicultura e industrialização de frutas: Desenvolvimento apícola, indústria caseira de frutas e proteção ambiental</b>
<b>Proponente:</b>	Conselho Indigenista Missionário Norte I (CIMI)
<b>Endereço -Tele/Fax:</b>	Caixa Postal 984, rua Tapajós 54, 69011.970 Manaus, AM - T: (092) 233-5020 / F: (092) 232-7347
<b>Representante:</b>	Benedito Maciel, Coordenador do CIMI-Norte
<b>Executor:</b>	Casa de Cultura do Urubuí
<b>Endereço -Tele/Fax:</b>	rua Cupiuba 2007, 69735.000 Presidente Figueiredo, AM - T/F: (092) 324-1117
<b>Coordenador:</b>	Egydio Schwade
<b>Equipe permanente:</b>	PD/A: (½) Egydio Schwade, (½) Doroti Alice Mueller Schwade C/partida: (½) Egydio Schwade, (½) Doroti Alice Mueller Schwade
<b>Serviço de terceiros:</b>	construtor, 3 trabalhadores
<b>Terras Indígenas:</b>	O subprojeto não trabalha diretamente em terras indígenas
<b>Povos indígenas:</b>	Participantes de um curso de apicultura procediam das seguintes etnias: Macuxi; Wai Wai; Deni; Ticuna; Mura; Sateré-Mawé
<b>UF/Município:</b>	AMAZONAS - Presidente Figueiredo
<b>Início e duração:</b>	Janeiro/1997; 36 meses
<b>Recursos (US\$):</b>	<b>Total:</b> 300.000,00; <b>PD/A:</b> 210.000,00; <b>Contrapartida:</b> 90.000,00
<b>Objetivo geral:</b>	Desenvolver uma apicultura e cultura de frutas de maneira consorciada para recuperar áreas degradadas, principalmente com a cultura de frutas regionais, assim como industrialização caseira dessas frutas. Por meio disso procura-se oferecer instrumentos que fortaleçam a economia, a saúde e a autonomia do povo local e das comunidades indígenas com as quais o subprojeto estará em contato. Procurando garantir sempre um meio ambiente saudável e autosustentável.
<b>Objetivos específicos:</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Desenvolver três experiências já insipientes com abelhas africanizadas e de fruticultura consorciada recuperando áreas devastadas.</li> <li>2. Desenvolver uma experiência com abelhas sem ferrão ou indígenas na cidade.</li> <li>3. Com base nestas experiências organizar cursos teóricos e práticos para as pessoas e comunidades interessadas no Município.</li> <li>4. Através do CIMI-Norte I, estender o programa às equipes do CIMI e às comunidades indígenas da região.</li> <li>5. Com os produtos provenientes das abelhas, fruteiras e plantas desenvolver maneiras de uso desses produtos. Semelhantemente industrializar também de forma caseira as frutas.</li> <li>6. Colaborar na recuperação de uma experiência de apicultura na várzea do rio Amazonas.</li> </ol>
<b>Atividades:</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Reunir a equipe base para organização do primeiro curso sobre apicultura e fruticultura em áreas devastadas para pessoas que acompanharão os primeiros passos dos trabalhos.</li> <li>2. Organização da infra-estrutura para a industrialização caseira de frutas.</li> <li>3. Organização e confecção e/ou compra do material (equipamentos apícolas e outros).</li> <li>4. Construção dos apiários.</li> <li>5. Captura e transferência dos enxames de abelhas (africanizadas e indígenas) da região.</li> </ol>

	<p>6. Acompanhamento das abelhas. Plantio de fruteiras e de plantas melíferas.</p> <p>7. Experiências de manipulação de frutas, ervas medicinais, regionais e seus produtos. Sobre tudo com cupuaçu, jambo, abacaxi, banana, cacau, castanha, pupunha.</p> <p>8. A partir dos primeiros passos nas sucessivas reuniões e cursos, avaliar as atividades e as dificuldades encontradas, visando os novos encaminhamentos.</p>
<b>Caraterísticas:</b>	<p>Recursos naturais: Recurperação</p> <p>Recursos humanos: Formação/Capacitação</p> <p>Economia/produção: Apicultura</p> <p>Abrangência: Município de Presidente Figueiredo</p>
<b>Documentos revisados:</b>	<p>1. Formulário do subprojeto n°. 161</p> <p>2. Parecer “ad hoc” (primeiro)</p> <p>3. Parecer “ad hoc” (segundo)</p> <p>4. Esclarecimentos do formulário do subprojeto n°. 161</p> <p>5. Relatório do curso de apicultura (15 out/97) de Egydio Schwade</p> <p>6. Relatório do I curso de sistemas agroflorestais no Município de Presidente Figueiredo (28 abr/98) de Egydio Schwade</p> <p>7. Relatório de andamento da implantação semestral (24 jul/97) de Egydio Schwade</p> <p>8. Relatório de andamento da implantação semestral (24 jan/98) de Egydio Schwade</p> <p>9. Monitoria e avaliação do subprojeto 161 (jul/97) de D’Alembert Jaccoud, Hamilton, R. Verdum</p>
<b>Entrevistas realizadas:</b>	<p>Egydio Schwade, Coordenador do Subprojeto</p> <p>Doroti Alice Mueller Schwade, Orientadora Sanitária do Subprojeto</p> <p>Francisco Loebens, Vice-presidente nacional do CIMI</p> <p>Benedito Maciel, Coordenador do CIMI - Norte I</p> <p>Wagner Araújo Mota, Apicultor participante do subprojeto</p> <p>Cláudio Inocência da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pres. Figueiredo e apicultor participante do subprojeto</p>
<b>Atividades em campo:</b>	<p>Visita às instalações da Casa de Cultura do Urubuí, incluindo o laboratório, o escritório, a sala de aula, os dormitórios e o refeitório do subprojeto</p> <p>Visita ao primeiro sítio de apicultura do subprojeto, incluindo a oficina de confecção dos apiários e o viveiro</p> <p>Visita ao segundo sítio de apicultura do subprojeto, incluindo o centro de seminários do subprojeto</p> <p>Visita aos apiários do agricultor Wagner Araújo Mota</p> <p>Visita aos apiários do agricultor Cláudio Inocência da Silva</p> <p>Revisão da documentação administrativa e financeira do subprojeto</p>

**AValiação resumida do subprojeto N°. 5 (161)**  
**“Apicultura e industrialização de frutas”**

<b>A. CULTURA, DIREITOS E SEGURANÇA</b>		
<b>Situação étnica do grupo</b>	n/a	Esse item não é diretamente aplicável ao subprojeto. O envolvimento dos povos indígenas consiste na participação de indivíduos indígenas em dois cursos sobre apicultura.
<b>Controle sobre terras/recursos</b>	n/a	Esse item não é diretamente aplicável ao subprojeto. O subprojeto pode oferecer uma ajuda no processo de consolidação econômica das terras indígenas na região com a implantação de atividades de apicultura.
<b>Segurança física, alimentícia e de saúde</b>	n/a	Esse item não é diretamente aplicável ao subprojeto. Deve ser mencionado que existem muitos casos preocupantes de falta de segurança física, alimentícia e de saúde na região (Waimiri-Atoari, Yanomami etc.)
<b>B. PARTICIPAÇÃO, AGENCIAMENTO E AUTODETERMINAÇÃO</b>		
<b>Idéias, iniciativas e prioridades</b>	○	O lançamento da idéia original e o estabelecimento de prioridades foram feitos pela família que dirige a Casa de Cultura do Urubuí (o executor).
<b>Fortalecimento sócio-cultural</b>	○	Não foi uma meta explícita do subprojeto.
<b>Organização/Liderança</b>	○	Os contatos com os grupos indígenas para conseguir sua participação nos cursos foram feitos pelo Conselho Indigenista Missionário Norte I (o proponente).
<b>Gestão</b>	○	Apesar de sua pouca experiência na gestão de projetos, o executor está gerenciando adequadamente o subprojeto. Um apoio por parte do proponente, que tem grande experiência nessa área, teria melhorado o gerenciamento do subprojeto.
<b>Participação da comunidade</b>	/+	Houve dificuldades logísticas para conseguir a participação de indígenas nos primeiros dois cursos de apicultura, mas o terceiro curso foi dedicado exclusivamente a participantes indígenas e indigenistas, e contou com a participação de 7 indígenas procedentes de 6 etnias diferentes.
<b>C. ECONOMIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE</b>		
<b>Economias de escala e o mercado</b>	/+	Existe uma demanda latente para o mel na região que pode ser satisfeita com a expansão da produção, mas não foi feito um estudo de mercado para verificar o tamanho dessa demanda.
<b>Tecnologia</b>	+	A tecnologia introduzida pelo subprojeto é relativamente simples e de fácil aprendizagem e manejo.
<b>Conhecimentos e habilidades</b>	+/	Muitos novos conhecimentos sobre as abelhas da região estão sendo levantados pelo subprojeto, porém de forma artesanal. Falta pesquisa em profundidade sobre quase todas as fases do processo de apicultura para torná-lo mais sistemático e melhor adaptado às características ambientais da região.
<b>Meio ambiente</b>	+	Todos os enxames do subprojeto foram capturados localmente e existem boas possibilidades ambientais para a expansão da atividade na região.
<b>D. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FINANCEIRA</b>		
<b>Assistência técnica</b>	○	Existe mais interesse no subprojeto pelos órgãos de desenvolvimento do Estado do que possibilidades reais de uma assistência técnica eficaz. A equipe do PD/A que realizou uma avaliação do subprojeto o ano passado ofereceu alguma assistência técnica.
<b>Assistência financeira</b>	○	O subprojeto não teve grandes problemas na área financeira.
<b>E. RELAÇÕES INTERÉTNICAS E MUDANÇA SÓCIO-CULTURAL E ECONÔMICA</b>		
<b>Relações interétnicas</b>	○	Existem muitas possibilidades a serem exploradas pelo subprojeto referente a seu relacionamento com grupos indígenas e à implantação de atividades de apicultura em comunidades indígenas.

<b>Mudança sócio-cultural e econômica</b>	/+	A implantação de atividades de apicultura está ganhando credibilidade e força entre os pequenos agricultores da região. Por outro lado, as atividades com grupos indígenas são mínimas ainda, mas representam um campo de ação muito grande.
<b>F. AVALIAÇÃO DO ANDAMENTO DO SUBPROJETO</b>		
<b>Cumprimento dos objetivos específicos:</b>		
<b>(a) 4 experiências de apicultura</b>	+	O subprojeto implantou quatro experiências de apicultura que inclui trabalhos com abelhas africanizadas e abelhas sem ferrão (ou indígenas).
<b>(b) organizar cursos teóricos e práticos</b>	+	O subprojeto realizou nos primeiros dois anos, 3 cursos de apicultura (um exclusivamente para indígenas) e dois cursos sobre sistemas agroflorestais.
<b>(c) industrialização de frutas e mel</b>	0	Até o momento, todas os esforços têm sido concentrado na produção e venda de mel, com poucas experiências em frutas regionais.
<b>(d) apicultura na várzea (Amazonas)</b>		Esta atividade não foi implementada ainda.
<b>Metodologia</b>	0	A metodologia do subprojeto nunca foi sistematicamente elaborada, mas funcionou relativamente bem na prática.
<b>Cronograma</b>	0/+	O subprojeto começou com um atraso, mas depois de seu início as atividades vem sendo cumpridas seqüencialmente com foi previsto no cronograma.
<b>Equipe técnica</b>	/+	A equipe técnica atual é de boa qualidade e está cumprindo suas atividades com dedicação e eficiência. Todavia, a equipe técnica existente não é suficiente para dar conta de todas as atividades do subprojeto, particularmente referente à área de assessoria técnica para os pequenos agricultores.
<b>Equipamentos/veículos</b>	+	A compra de equipamentos para a confecção dos apiários foi realizada e um galpão foi construído para essa finalidade. Está previsto a compra de um veículo no terceiro ano do subprojeto.
<b>Monitoramento/avaliação interna</b>		Não existe um sistema estabelecido de monitoramento ou avaliação interna. O desenvolvimento do subprojeto avança de forma empírica com base nas demandas imediatas que surgem.
<b>Avaliação global</b>	0/+	Apesar da falta de pessoas na equipe técnica e de uma metodologia detalhada, o subprojeto está cumprindo a maioria dos objetivos previstos e está mostrando a viabilidade técnica da apicultura para a região e sua viabilidade social entre pequenos agricultores da região. A viabilidade da implantação de apicultura em comunidades indígenas não foi demonstrada até o momento.

### FICHA GERAL DO SUBPROJETO N°. 6 (261)

<b>Nome do subprojeto:</b>	<b>Projeto Tykahsamo</b>
<b>Executor/Proponente:</b>	Associação dos Povos Indígenas do Tumucumaque (APITU)
<b>Endereço -Tele/Fax:</b>	Avendia Azaria Neto s/n (anexo Casa do Artesão)
<b>Representante:</b>	Missíco Oiampi, Presidente
<b>Coordenador:</b>	Missíco Oiampi
<b>Equipe permanente:</b>	Missíco Oiampi
<b>Serviço de terceiros:</b>	Frete de avião
<b>Terras Indígenas (ha):</b>	1. Parque Indígena Tumucumaque (2.700.000 ha) 2. Área Indígena Paru D'Este (1.182.800 ha)
<b>Povos indígenas:</b>	Apalai; Wayana; Tiriyo; Kaxuyana
<b>UF/Município:</b>	PARÁ - Almerim; Óbidos; Orixamaná, Alenquer; AMAPÁ - Laranjal do Jari
<b>Início e duração:</b>	Mai/1997 - 24 meses
<b>Recursos (US\$):</b>	<b>Total:</b> 533.341,00; <b>PD/A:</b> 128.797,00; <b>Contrapartida:</b> 404.544,00
<b>Objetivo geral:</b>	Melhoria da qualidade de vida dos grupos indígenas que compõem o Parque Indígena do Tumucumaque, através do incremento da produção e comercialização de peças artesanais indígenas.
<b>Objetivos específicos:</b>	1. Produzir peças artesanais indígenas; 2. Comercializar as peças artesanais produzidas; 3. Divulgar a experiência para as outras nações indígenas do Estado e da região.
<b>Atividades:</b>	1.1. Produzir 4.000 peças no primeiro ano e 6.000 peças no segundo ano. 2.1. Comercializar 4.000 peças no primeiro ano e 6.000 peças no segundo ano. 3.1. Produzir e distribuir 300 álbuns.
<b>Características:</b>	Recursos naturais: Manejo Recursos humanos: Geração de emprego Economia/produção: Artesanato Abrangência: várias aldeias em 2 terras indígenas
<b>Documentos revisados:</b>	1. Formulário do subprojeto n°. 261; 2. Parecer "ad hoc" (primeiro) - Recomendado sob condições 3. Parecer "ad hoc" (segundo) - Não recomendado 4. Parecer "ad hoc" (terceiro) - Recomendado 5. Esclarecimentos à Comissão Executiva do PD/A 6. Relatório do Grupo de Apoio à Preparação e Execução de Subprojetos (nov/96) de Lucia Hussak van Velthem 7. Relatório de andamento da implementação semestral (jul/97) de Missíco Oiampi 8. Relatório de andamento da implementação semestral (dez/97) de Missíco Oiampi 9. Relatório de andamento da implementação semestral (jul/98) de Missíco Oiampi



	10. Tykahsamo (álbum produzido pelo subprojeto) 11. Decreto n°. 5031 de 06 de outubro de 1997 do Governo do Estado do Amapá 12. Mapa da Terra Indígena Rio Paru D'Este e do Parque Indígena Tumucumaque (FUNAI)
<b>Entrevistas realizadas:</b>	Missíco Oiampi, Coordenador do Subprojeto Carlos Alberto da Silva Perreira, Assessor do Subprojeto, Governo do Estado do Amapá Felipe Marchino Vilela, indigenista e técnico, FUNAI Isabel Coutinho, responsável pelo subprojeto pela Gerência Estadual para o PPG-7 Francisco Edinburgo Ribeiro de Almeida, Coordenador da Gerência Estadual para o PPG-7
<b>Atividades em campo:</b>	Visita à loja de vendas do subprojeto Visita ao escritório do APITU

**AValiação resumida do Projeto N°. 6 (261)**  
**“Projeto Tykahsamo”**

<b>A. CULTURA, DIREITOS E SEGURANÇA</b>		
<b>Situação étnica do grupo</b>	+	Os quatro grupos indígenas —Apalaí, Wayana, Tirió, Kaxuyana— englobados pelo subprojeto mantêm suas próprias línguas, formas de liderança e práticas ambientais. Existe uma clara divisão geográfica e histórica entre os Apalaí-Wayana e os Tiriós-Kaxuyana, sendo que só os primeiros dois grupos são beneficiados pelo subprojeto.
<b>Controle sobre terras/recursos</b>	+	O PI Tumucumaque está reservado e a AI Rio Paru D'Este está delimitada. Nenhum dos dois sofrem grandes ameaças de invasões, sendo que os poucos garimpos existentes foram retirados.
<b>Segurança física, alimentícia e de saúde</b>	+	O afastamento das duas áreas dos principais vetores de “desenvolvimento” e de degradação ambiental promovidos pela sociedade nacional representa um fator positivo na segurança dos grupos indígenas. A área ainda permite que sua subsistência provenha de atividades tradicionais de caça, pesca e roçado.
<b>B. PARTICIPAÇÃO, AGENCIAMENTO E AUTODETERMINAÇÃO</b>		
<b>Idéias, iniciativas e prioridades</b>	0/+	O subprojeto surgiu dos líderes da macro-organização indígena (APITU), que foi responsável pela idéia inicial e da elaboração do subprojeto. O aval das comunidades só foi conseguido posteriormente, quando houve também participação no estabelecimento das prioridades do subprojeto.
<b>Fortalecimento sócio-cultural</b>	+	Houve de fato uma ampliação da produção de artesanato entre os Apalaí-Wayana para todas as idades (em vez de ficar restrito às pessoas mais velhas). Também houve uma grande aceitação dessa produção no mercado nacional de artesanato indígena.
<b>Organização/Liderança</b>	+	O subprojeto está totalmente controlado pela macro-organização indígena, a qual colabora com as lideranças locais na implementação das atividades.
<b>Gestão</b>	0/+	Depois de alguns problemas referente à transferência de poder entre uma administração e outra na APITU, a nova administração mostrou competência e visão na gestão do subprojeto.
<b>Participação da comunidade</b>	/+	O principal problema de participação é a quase total exclusão dos grupos Tiriós-Kaxuyana do subprojeto, apesar de sua residência no PI Tumucumaque. Todavia, entre os Apalaí-Wayana, existe uma ampla participação e os benefícios são repartidos em função da produção de peças artesanais.

<b>C. ECONOMIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE</b>		
<b>Economias de escala e o mercado</b>	+	Existe demanda estabelecida pela artesanato Apalaí-Wayana, que goza de uma boa reputação no mercado, e efetivamente os produtos vendidos são de alta qualidade e com preços acessíveis.
<b>Tecnologia</b>	/O	Não houve a introdução de novas tecnologias de produção. A necessidade de transporte aéreo para os produtos cria um nó de dependência tecnológica que ainda não está satisfatoriamente resolvido. Os altos custos dos fretes é subsidiado pelo subprojeto. Idealmente a Associação deve ter sua própria aeronave.
<b>Conhecimentos e habilidades</b>	+	Houve a expansão e revalorização interna dos conhecimentos e habilidades vinculados à produção de artesanato tradicional, junto com uma melhoria na qualidade dos produtos. Houve simultaneamente uma resignificação dos objetos produzidos, já que muitos perderam sua funcionalidade interna (p.ex. arco e flecha) para se tornarem <i>souvenirs</i> e presentes para pessoas não-indígenas.
<b>Meio ambiente</b>	O	Até o momento, não há sérios problemas ambientais, mas os produtores têm que ir cada vez mais longe das suas comunidades para conseguir a matéria prima. Não está claro se a regeneração das fontes naturais está acontecendo em um ritmo que acompanha a produção. No caso do uso de plumagem (Tiriós-Kaxuyana), que não é uma prioridade no subprojeto mas para o qual existe alta demanda, a sustentabilidade ambiental teria que ser analisada detalhadamente.
<b>D. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FINANCEIRA</b>		
<b>Assistência técnica</b>	+	O Governo do Estado do Amapá (GEA) foi instrumental na viabilização da comercialização do artesanato. O GEA cedeu um local à Associação, doou 3 aparelhos de ar condicionado e um micro computador e paga o salário de um assessor.
<b>Assistência financeira</b>	O	Não houve grandes problemas na área de assistência financeira.
<b>E. RELAÇÕES INTERÉTNICAS E MUDANÇA SÓCIO-CULTURAL E ECONÔMICA</b>		
<b>Relações interétnicas</b>	+	O subprojeto estimula a venda de artesanato indígena na região, no País e até internacionalmente, sem precisar de intrusões de compradores ou turistas nas suas aldeias, permitindo assim que os membros da comunidade mantenham seu próprio estilo de vida.
<b>Mudança sócio-cultural e econômica</b>	+	Houve uma ampliação entre os produtores de artesanato que passou a incluir mulheres e jovens sem perder o alto padrão de qualidade. Na área econômica, o subprojeto fornece uma importante fonte de renda para os membros da comunidade (pago em mercadoria em vez de dinheiro), o que minimiza os posteriores impactos negativos.
<b>F. AVALIAÇÃO DO ANDAMENTO DO SUBPROJETO</b>		
<b>Processo de aprovação do subprojeto</b>	+	Os três pareceres ad hoc —contraditórios entre si— encaminharam um pedido de esclarecimentos e um relatório do grupo de apoio. Ambos melhoraram a precisão do subprojeto e contribuíram para o seu bom desempenho.
<b>Cumprimento dos objetivos específicos:</b>		
<b>(a) Produção de peças</b>	O/+	O subprojeto atingiu 70% das metas estabelecidas, mas devido às limitações infra-estruturais —transporte, estocagem etc.— não tem muitas possibilidades de aumentar sua atual produtividade.
<b>(b) Comercialização de peças</b>	O/+	O subprojeto consegue vender a maior parte da produção. Os mesmos constrangimentos da produção obstaculizam o aumento das vendas.
<b>(c) Divulgação da experiência</b>	+	Os 300 álbuns foram produzidos e distribuídos e são de boa qualidade.
<b>Metodologia</b>	+	Os treinamentos estão sendo realizados conforme o cronograma estabelecido. Em vez da instalação de só uma cantina,

		duas foram estabelecidas, o que ampliou o alcance do subprojeto. A comercialização mostrou uma boa saída das peças desde o início do subprojeto.
<b>Cronograma</b>	+	Os prazos estabelecidos no cronograma original foram cumpridos na sua maioria.
<b>Equipe técnica</b>	O/+	Houve problemas na transição entre as duas administrações da Associação e também ocorreu a troca do contador no meio do subprojeto, mas isto não comprometeu a continuidade nem o bom funcionamento do subprojeto.
<b>Equipamentos/veículos</b>	/O	O subprojeto não contemplou a compra de grandes equipamento ou veículos. A dependência do frete de vãos para a área indígena representa um ponto fraco do subprojeto.
<b>Monitoramento/ avaliação interna</b>	O/+	O controle interno do movimento das peças é adequado. Com a aquisição do micro computador, esse processo deve ser informatizado.
<b>Avaliação global</b>	+	O subprojeto está funcionando bem, sob o controle total de uma organização indígena. O modelo de uma “economia dual” oferece uma inovação com respeito à integração ao mercado que minimiza os impactos negativos nas aldeias.

**FICHA GERAL DO SUBPROJETO N.º 7 (304)**

<b>Nome do subprojeto:</b>	<b>Vyty-Cati - Alternativas não-predatórias de geração de renda para as aldeias associadas.</b>
<b>Proponente:</b>	Associação das Comunidades Indígenas Gavião do Maranhão
<b>Endereço -Tele/Fax:</b>	Posto Indígena Governador, Amarante, MA, 65923-000
<b>Representante:</b>	Jonas P. Sansão, Presidente
<b>Executor:</b>	Associação Vyty-Cati das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins
<b>Endereço -Tele/Fax:</b>	Rua Gomes de Souza 344, Carolina, MA 65980-000 - T: (098) 731-1703
<b>Coordenador:</b>	Diretoria da Associação
<b>Equipe permanente:</b>	10 viveristas; 2 motoristas, 3 técnicos agrícolas, 1 secretária, 1 cozinheira
<b>Serviço de terceiros:</b>	Especialista em gerência/contabilidade
<b>Terras Indígenas e (aldeias do subprojeto):</b>	1. Kraolândia (302.533 ha - homologada) (Nova e Rio Vermelho); 2. Governador (41.644 ha - homologada) (Governador, Riachinho, Rubiácea); 3. Apinayes (141.904 ha - delimitada) (São José, Patizal, Cocalinho, Mariazinha); 4. Porquinhos (79.520 ha - homologada) (Ponto e Porquinhos); 5. Krikati (146.000 ha - demarcada) (São José)
<b>Povos indígenas:</b>	Krahô; Gavião; Apinayé; Canela; Krikati
<b>UF/Município:</b>	MARANHÃO - Amarante, Montes Altos, Sítio Novo, Barra de Corda / TOCANTINS - Tocantinópolis, Itaguatins, Goiatins, Itacajá
<b>Início e duração:</b>	Abril/1997 - 24 meses
<b>Recursos (US\$):</b>	<b>Total:</b> 300.000,00; <b>PD/A:</b> 210.000,00; <b>Contrapartida:</b> 90.000,00
<b>Objetivo geral:</b>	Organização e centralização da produção extrativista das 10 aldeias Timbira que integram a Associação Vyty-Cati, visando melhorias nos processos de coleta dos frutos e melhores condições de comercialização. Ao mesmo tempo pretende-se capacitar os membros da Associação em técnicas elementares de controle contábil e gerência e facilitar a difusão dos procedimentos de manejo dos cerrados, recuperação de áreas degradadas e controle de fogo.
<b>Objetivos específicos:</b>	1. Capacitação em gerência e contabilidade. 2. Manejo e controle do fogo. 3. Identificação das espécies-alvo pelos gerentes locais. 4. Estreitamento das relações com organizações de pequenos produtores vizinhos.
<b>Atividades:</b>	1.1. Cursos de gerenciamento e contabilidade. 2.1. Cursos e encontros sobre manejo e controle de fogo. 3.1. Mapeamento das espécies-alvo. 4.1. Acompanhamento pela equipe técnica da CTI
<b>Caraterísticas:</b>	Recursos naturais: Manejo Recursos humanos: Gestão de projetos Economia/produção: Florestal/comercialização Abrangência: 10 aldeias em 5 terras indígenas

<b>Documentos revisados:</b>	1. Formulário do subprojeto n°. 304; 2. Parecer “ad hoc” (primeiro) - Recomendado sob condições 3. Parecer “ad hoc” (segundo) - Recomendado sob condições 4. Detalhamentos para a Comissão Executiva do PD/A 5. Relatório semestral de andamento (out/97) de Jonas Polino Sansão 6. Relatório semestral de andamento (abr/98) de Jonas Polino Sansão 7. Panfleto “Fruta Sã: Projeto Frutos do Cerrado”
<b>Entrevistas realizadas:</b>	Gilberto Azanha, ex-coordenador do Subprojeto, membro da CTI Jaime Garcia Siqueira, assessor ao Subprojeto pela CTI João Nãã Krikati, Presidente da Associação Krikati
<b>Atividades em campo:</b>	Visita à sede da Associação Vyty-Cati Visita à fábrica de polpa de frutas Vistoria dos equipamentos comprados pelo subprojeto

**AVALIAÇÃO RESUMIDA DO SUBPROJETO N°. 7 (304)**  
**“Vyty-Cati - Alternativas não-predatórias de geração de renda para as aldeias associadas”**

<b>A. CULTURA, DIREITOS E SEGURANÇA</b>		
<b>Situação étnica do grupo</b>	+	As dez aldeias do subprojeto pertencem a cinco povos Timbira, cada um com sua respectiva associação. Há um alto grau de bilinguismo (língua nativa e Português) entre os homens, sendo menos para as mulheres e os idosos. Cada um dos grupos mantém uma identidade diferenciada dentro da região.
<b>Controle sobre terras/recursos</b>	+	Três das cinco áreas do subprojeto estão homologadas, com outra demarcada e outra delimitada. Das cinco áreas, só uma (Krikati) se encontra atualmente invadida, porém, esse caso está em processo de resolução.
<b>Segurança física, alimentícia e de saúde</b>	+	Os Timbira estão numa fase de crescimento demográfico, tendo assim uma população predominantemente jovem. Apesar da contínua presença do preconceito na região, são poucos os casos de violência aberta contra eles.
<b>B. PARTICIPAÇÃO, AGENCIAMENTO E AUTODETERMINAÇÃO</b>		
<b>Idéias, iniciativas e prioridades</b>	○	O principal idealizador do subprojeto foi uma organização indigenista (CTI), mas houve aceitação e participação das lideranças e das comunidades no estabelecimento das prioridades.
<b>Fortalecimento sócio-cultural</b>	○	O subprojeto não é diretamente orientado para o fortalecimento sócio-cultural, mas na medida em que fortalece as associações locais, produz impactos positivos nessa área.
<b>Organização/Liderança</b>	+	É um dos pontos altos do subprojeto. O executor é uma organização indígena supra-comunitária que opera com base nas cinco associações locais. Existe um inovador sistema de escala de coordenadores que permite o gerenciamento direto do subprojeto por parte de cada um dos líderes dos distintos grupos. O controle do subprojeto está nas mãos dos indígenas, sendo que a assessoria da organização indigenista é fundamental para a articulação e funcionamento do subprojeto.
<b>Gestão</b>		Ocorreram problemas técnicos, alguns procedentes de fora do subprojeto e outros devido a falhas na proposta original, o que afetou negativamente o subprojeto: problemas no transporte dos frutos; na comercialização dos produtos; na articulação entre todas as cooperativas envolvidas.

<b>Participação da comunidade</b>	+	O sistema de Assembléias Gerais Semestrais, em forma de rodízio geográfico, permite uma ampla participação dos distintos grupos envolvidos no subprojeto. O sistema de escala de estagiários e de coordenadores também serve para facilitar a participação dos distintos grupos do subprojeto.
<b>C. ECONOMIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE</b>		
<b>Economias de escala e o mercado</b>		É um dos pontos mais fracos do subprojeto. A fábrica não conseguiu atender todas as cooperativas, muitas frutas pereceram, houve pouca polpa comercializada e alguns compradores nunca pagaram pela polpa recebida. Muitos desses problemas eram inerentes ao mesmo desenho dos subprojetos que formam a rede “Frutos do Cerrado”.
<b>Tecnologia</b>	/O	Os equipamentos da fábrica eram apenas adequados para o processamento das frutas e precisavam de modificações para cada fruta nova. A compra de um <i>container</i> refrigerado ajudou muito na estocagem da matéria prima. A compra e prova de novas máquinas, além da instalação de uma nova fábrica, devem solucionar a maior parte dos problemas tecnológicos.
<b>Conhecimentos e habilidades</b>	O	O processo de conscientização sobre a importância e potencial econômico das fruteiras está em curso, mas ainda não há grandes mudanças práticas a respeito do uso controlado do fogo.
<b>Meio ambiente</b>	O/+	São poucos os viveiros que estão em funcionamento. O fato de que no ano passado houvesse pouca chuva prejudicou as atividades de adensamento das fruteiras. Todavia, as fruteiras já plantadas estão começando a dar frutos.
<b>D. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FINANCEIRA</b>		
<b>Assistência técnica</b>	+	A assessoria e o acompanhamento fornecido pela CTI tem sido fundamental para o funcionamento de quase todas as fases do subprojeto, podendo até serem considerados como um tipo de gerenciamento.
<b>Assistência financeira</b>	+	A parte financeira do subprojeto está sob controle da organização indígena e não apresentou grandes problemas.
<b>E. RELAÇÕES INTERÉTNICAS E MUDANÇA SÓCIO-CULTURAL E ECONÔMICA</b>		
<b>Relações interétnicas</b>	/+	Existem divergências e tensões entre as cooperativas (dos brancos) e a diretoria do subprojeto indígena a respeito do controle formal sobre os equipamentos e a marca, ambos atualmente em mãos da Associação Vyty-Cati. Por outro lado, essas questões estão sendo tratadas mediante um processo de diálogo onde ambas as partes estão ativamente procurando soluções.
<b>Mudança sócio-cultural e econômica</b>	O/+	O fortalecimento das associações locais e a organização indígena supra-comunitária representam mudanças sócio-culturais importantes e, em geral positivas, mas com a consequência de diminuir significativamente o papel e importância das lideranças tradicionais a favor dos mais jovens. Economicamente, o subprojeto não produziu, até o momento, mudanças significativas.
<b>F. AVALIAÇÃO DO ANDAMENTO DO SUBPROJETO</b>		
<b>Processo de aprovação do subprojeto</b>	O	Os dois pareceristas fizeram recomendações boas para melhorar o subprojeto, e o PD/A pediu que vários itens sejam detalhados ou mesmo modificados. Todavia, o subprojeto foi implementado com várias falhas que poderiam ter sido tratadas com antecipação.
<b>Cumprimento dos objetivos específicos:</b>		
<b>(a) Capacitação em contabilidade e gerência</b>	O/+	Os cursos de gerência e contabilidade ainda não foram implementados. Por outro lado, o gerenciamento do subprojeto pelo sistema de escalas, junto com a escala dos estagiários, está tendo bons resultados. A assessoria do CTI tem sido fundamental nesse processo.
<b>(b) Manejo e controle do</b>	O	Foram realizados cursos do GTA e do IBAMA sobre o tema, mas ainda não demonstrando resultados significativos.

<b>fogo</b>		
<b>(c) Identificação de espécies-alvo</b>	○	Houve uma identificação preliminar, mas não um mapeamento completo. Daí, não haver grandes avanços nas fases de estabelecimento dos viveiros e de adensamento.
<b>(d) Estreitamento das relações c/ vizinhos</b>	○	Ainda existem divergências e tensões entre os indígenas e as cooperativas da região, porém vários espaços foram construídos para um diálogo franco.
<b>Metodologia</b>	○	A metodologia do subprojeto foi especificada num documento posterior e parte dela foi efetivamente aplicada. Devido a abrangência e complexidade do subprojeto e da rede, vários elementos não foram implementados.
<b>Cronograma</b>	○	Este item é vinculado ao item anterior. Algumas atividades, particularmente as de capacitação e treinamento, foram implementadas dentro do prazo previsto, embora outras, notadamente as das áreas produtivas e de comercialização, sofreram atrasos.
<b>Equipe técnica</b>	/+	Os dois técnicos profissionais originalmente contratados (agrônomo e antropólogo) saíram do subprojeto devido a motivos diversos, incluindo incompatibilidade com a diretoria. Esses dois cargos se tornaram em 17 cargos locais: 10 viveiristas e 2 motoristas indígenas (R\$150/mês); e 1 cozinheira, 1 secretária e 3 técnicos agrícolas não-indígenas. O novo esquema tem melhores possibilidades de dar certo.
<b>Equipamentos/veículos</b>	+	A compra de equipamentos e veículos aconteceu sem maiores problemas. Os veículos estão funcionando com um bom grau de eficácia e os equipamentos da fábrica ficam ociosos durante vários meses para depois encontrarem-se sobrecarregados.
<b>Monitoramento / avaliação interna</b>	+	As Assembléias Gerais Semestrais, junto com as reuniões regulares da Diretoria, ofereceram momentos adequados de monitoramento e avaliação. De fato, a transformação radical da equipe técnica foi resultado de um processo de avaliação interna.
<b>Avaliação global</b>	○	O subprojeto experimentou avanços importantes na área de capacitação, gerenciamento e fortalecimento das organizações indígenas. Ambientalmente também tem um saldo positivo. Por outro lado, o subprojeto confrontou sérios problemas na implantação dos viveiros, no programa de manejo de fogo e na coleta, beneficiamento e comercialização dos frutos. Parte desses problemas tem sua origem nas metas pouco realistas e nas dificuldades em lidar simultaneamente com 10 comunidades geograficamente distantes entre si.

### FICHA GERAL DO SUBPROJETO Nº. 8 (077)

<b>Nome do subprojeto:</b>	<b>Programa de uso sustentável de recursos naturais e recuperação de áreas degradadas da Área Indígena Xikrin do Cateté</b>
<b>Executor/Proponente:</b>	Instituto Socioambiental
<b>Endereço -Tele/Fax:</b>	Av. Higienópolis, 901, São Paulo, SP 01238-011 / Tel: (011) 825-5544 Fax : (011) 825-7861
<b>Representante:</b>	Carlos Frederico Marés de Souza Filho
<b>Coordenador:</b>	Isabelle Vidal Giannini
<b>Equipe permanente:</b>	Isabelle Vidal Giannini, Coordenadora; Domingos Macedo, Engenheiro Florestal
<b>Serviço de terceiros:</b>	Zoólogo, Engenheiro florestal, Botânico, Mateiros, Especialista em Zoneamento
<b>Terras Indígenas e (aldeias do subprojeto):</b>	Xikrin do Cateté (439.151 ha - homologada) (Cateté e Djudjê-Kô)
<b>Povos indígenas:</b>	Kayapó Xikrin do Cateté
<b>UF/Município:</b>	PARÁ - Paraupebas
<b>Início e duração:</b>	Abril/96 - 24 meses
<b>Recursos (US\$):</b>	<b>Total:</b> 293.377,00; <b>PD/A:</b> 205.374,00; <b>Contrapartida:</b> 88.003,00
<b>Objetivo geral:</b>	Viabilizar alternativas de utilização sustentável dos recursos florestais na Área Xikrin do Cateté, que garantam: (i) a curto prazo, afastar ou enfraquecer as possibilidades de reatamento dos interesses da comunidade indígena com os agentes econômicos do modelo regional predatório; (ii) a médio prazo, gerar um volume regular de renda monetária; (iii) a longo prazo, promover a sustentabilidade socioambiental da área Xikrin.
<b>Objetivos específicos:</b>	1. Implantação do projeto de processamento e comercialização da Castanha do Pará. 2. Aprimoramento do diagnóstico socioambiental da área indígena Xikrin. 3. Recuperação ambiental de 200 hectares de áreas degradadas.
<b>Atividades:</b>	1.1. Capacitação para a exploração adequada da Castanha do Pará. 1.2. Implantação de uma mini-usina para o processamento e beneficiamento da Castanha do Pará. 1.3. Apoio na comercialização da Castanha. 2.1. Classificação e mapeamento da cobertura vegetal e do solo. 2.2. Inventário Florestal a 100%. 2.3. Levantamento (e avaliação) de dados da flora, fauna, etnobiologia, pedologia, etnogeografia. 2.4. Elaboração de zoneamento socioambiental da área indígena. 3.1. Implantação de projeto piloto de recuperação florestal.
<b>Caraterísticas:</b>	Recursos naturais: Manejo Recursos humanos: Documentação/pesquisa Economia/produção: Florestal/comercialização Abrangência: 2 aldeias em 1 terra indígena
<b>Documentos revisados:</b>	1. Formulário do subprojeto nº. 077 2. Parecer "ad hoc" (primeiro) - Recomendado



	<p>3. Parecer “ad hoc” (segundo) - Recomendado fortemente</p> <p>4. Esclarecimentos à Comissão Executiva do PD/A (ago/95) de Isabelle Giannini e João Capobianco</p> <p>5. Esclarecimentos à Comissão Executiva do PD/A (out/95) de Isabelle Giannini e João Capobianco</p> <p>6. Monitoria e Avaliação Técnica de Subprojeto nº 077 (abril/97) de Ricardo Russo e Jorge Eduardo Julio</p>
<b>Entrevistas realizadas:</b>	<p>Isabelle Vidal Giannini, Coordenadora do Subprojeto, ISA</p> <p>Domingos Macedo, responsável técnico pelo programa de manejo do Subprojeto, ISA</p> <p>Alberto Lima da Costa, técnico do ISA</p> <p>Tibério Joaquim da Cunha Neto, Chefe do Posto da FUNAI</p> <p>Eimar, Administrador Regional da FUNAI, Marabá</p> <p>Membros da comunidade Cateté da Área Indígena Xikrin do Cateté</p>
<b>Atividades em campo:</b>	<p>Visita à sede do Instituto Socioambiental em Marabá</p> <p>Visita à comunidade Cateté da Área Indígena Xikrin do Cateté</p> <p>Reunião formal com as lideranças da comunidade Cateté</p> <p>Vistoria das instalações de beneficiamento da Castanha do Pará no Posto Indígena Cateté</p>

#### AVALIAÇÃO RESUMIDA DO PROJETO Nº. 8 (077)

#### “Programa de uso sustentável de recursos naturais e recuperação de áreas degradadas da Área Indígena Xikrin do Cateté”

<b>A. CULTURA, DIREITOS E SEGURANÇA</b>		
<b>Situação étnica do grupo</b>	+	Os Xikrim do Cateté falam sua língua (sendo que a maioria dos homens falam português também), continuam com suas atividades tradicionais de caça e pesca e praticam muitos de suas tradições sócio-culturais. Mantém uma identidade forte como grupo diferenciado na região.
<b>Controle sobre terras/recursos</b>	○	Com a expulsão dos madeireiros da área em 1992 e subsequente homologação da área em 1994, os Xikrin do Cateté conseguiram um grau muito maior de controle sobre seus recursos. Mas 92% da Área Xikrin possui incidência de requerimentos e títulos minerários, criando assim fortes pressões para a exploração da área. Além disso, as invasões pelos madeireiros continuam isoladamente.
<b>Segurança física, alimentícia e de saúde</b>	○	Há indícios de uma sobre-exploração dos recursos pesqueiros e de caça na área próxima à aldeia (e seu eventual esgotamento), causado em parte pelo rápido crescimento demográfico do grupo e seu sedentarismo. Atualmente o grupo depende de doações de comida (R\$9000/mês) como parte do convênio com a CVRD, o que também fornece serviços de saúde e educação. No caso de um eventual corte dessa ajuda, a segurança alimentícia e de saúde dos Xikrin seria comprometida.
<b>B. PARTICIPAÇÃO, AGENCIAMENTO E AUTODETERMINAÇÃO</b>		
<b>Idéias, iniciativas e prioridades</b>	○	ISA foi responsável pelo desenvolvimento da idéia do subprojeto e do estabelecimento de suas prioridades, sendo que os membros das duas aldeias foram consultados nas distintas fases da elaboração e implantação do subprojeto.
<b>Fortalecimento sócio-cultural</b>	○	O subprojeto não trabalha diretamente nessa área.
<b>Organização/Liderança</b>	○	A Associação Bep-Nóí foi criada para gradualmente tomar controle das atividades iniciada pelo subprojeto, mas está

		longe de conseguir isto. Apesar de consultas regulares às aldeias e do acompanhamento de seus membros em todas as atividades, as principais decisões foram tomadas pelo executor.
<b>Gestão</b>	+	A gestão do subprojeto pelo executor foi eficiente, o que contribuiu para o cumprimento das atividades, principalmente no complexo empreendimento do mapeamento e zoneamento da área.
<b>Participação da comunidade</b>	+	Os membros da comunidade participaram em cada fase do subprojeto, seja no acompanhamento dos trabalhos de levantamento dos dados geográficos seja na coleta e beneficiamento da Castanha do Pará.
<b>C. ECONOMIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE</b>		
<b>Economias de escala e o mercado</b>	0	O principal nó da atividade da Castanha foi a fase de comercialização. O subprojeto não conseguiu, nos primeiros dois anos, atingir os níveis de qualidade exigidos pelo mercado, e a maior parte da produção foi vendida em Marabá sem ser beneficiado. Isto, por sua vez, teve o efeito de desanimar os membros da comunidade. Por outro lado, a área tem Castanha em abundância, o que indica que pode tornar-se uma atividade muito lucrativa.
<b>Tecnologia</b>	+	O subprojeto introduziu dois tipos de tecnologia: (1) a do beneficiamento da Castanha foi relativamente simples e passível de ser manejada pelos membros da comunidade; e (2) a de geoprocessamento, mapeamento e zoneamento que foi altamente sofisticado e manejado pelos especialistas, mas sempre corroborando os dados com informações empíricas fornecidas pelos membros da comunidade.
<b>Conhecimentos e habilidades</b>	0	O subprojeto enfrentou o desafio de combinar conhecimentos gerados pelos procedimentos de geo-processamento (imagens de satélite, GPS etc.) com as informações empíricas dos membros da comunidade, processo que só foi parcialmente superado. Existe ainda uma brecha entre o zoneamento mapeado e sua internalização entre os indígenas.
<b>Meio ambiente</b>	+	É um dos pontos altos do subprojeto. Inova na medida que oferece dados científicos e atuais sobre a totalidade da Área Indígena, os quais serão usados no manejo sustentável de um conjunto de recursos contidos na área, tudo baseado num zoneamento sofisticado.
<b>D. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FINANCEIRA</b>		
<b>Assistência técnica</b>	+	A assistência técnica na área de geoprocessamento foi contratada pelo ISA e envolveu técnicos de alta qualificação procedentes de várias instituições. Na área de beneficiamento da Castanha do Pará, um casal da Associação de Xapuri (AC) realizou treinamento com os membros da aldeia durante uma semana.
<b>Assistência financeira</b>	0	Não houve grandes problemas na área da assistência financeira.
<b>E. RELAÇÕES INTERÉTNICAS E MUDANÇA SÓCIO-CULTURAL E ECONÔMICA</b>		
<b>Relações interétnicas</b>	+	Depois de uma década de conflitos e tensões com fazendeiros e madeireiros, os Xikrin agora estão negociando com os madeireiros para a implementação conjunta de um plano de exploração sustentável de madeira (principalmente mogno). A FUNAI continua tendo um papel ambíguo nesse processo.
<b>Mudança sócio-cultural e econômica</b>	0	Até o momento, não houve mudanças significativas nessa área. O subprojeto, se continuar (o que é provável) com a implantação do plano de manejo sustentável, deve provocar mudanças positivas tanto na área sócio-cultural quanto na econômica.
<b>F. AVALIAÇÃO DO ANDAMENTO DO SUBPROJETO</b>		
<b>Processo de aprovação do subprojeto</b>	+	Apesar de dois pareceres favoráveis (recomendado e recomendado fortemente), o subprojeto passou por dois processos de esclarecimentos solicitados pelo PD/A, os quais serviram para aprimorar as atividades.

<b>Cumprimento dos objetivos específicos:</b>		
<b>(a) Diagnóstico sócio-ambiental</b>	+	Este objetivo foi cumprido na sua totalidade e inclui a confecção de mapas temáticos e o zoneamento da área indígena em zonas de proteção, reabilitação, uso de subsistência, uso comercial e uso comunitário.
<b>(b) Beneficiamento e comercialização de Castanha do Pará</b>	O	As obras para o beneficiamento foram realizadas e postas em funcionamento pela comunidade, junto com a realização de um curso de treinamento, mas não obteve-se êxito na comercialização do produto beneficiado devido a problemas na qualidade do mesmo.
<b>(c) Recuperação florestal</b>		Esse objetivo não foi implementado como foi proposto no subprojeto.
<b>Metodologia</b>	+	A metodologia utilizada no subprojeto foi adequada para a implementação dos objetivos. Em alguns casos, fatores externos influenciaram negativamente o desempenho do subprojeto.
<b>Cronograma</b>	O/+	As atividades previstas foram implantadas dentro dos prazos estabelecidos, com exceção das atividades de recuperação florestal.
<b>Equipe técnica</b>	+	A equipe técnica foi de alta qualidade e prestou excelentes serviços ao subprojeto.
<b>Equipamentos/veículos</b>	O	O poucos equipamentos comprados pelo subprojeto contribuíram à realização dos objetivos. O subprojeto não contemplou a compra de veículos.
<b>Monitoramento/ avaliação interna</b>	+	O executor manteve reuniões freqüentes com os membros da aldeia para o monitoramento e avaliação do subprojeto. Também houve uma avaliação feita pelos técnicos do PD/A.
<b>Avaliação global</b>	O/+	O subprojeto representa só uma parte de um programa maior do ISA de implantação de um Plano de Manejo Sustentável da Área Xikrin. Nesse contexto, a avaliação do subprojeto tende a ser positiva na medida em que fez grandes contribuições a esse programa. Todavia, no sentido mais restrito dos objetivos específicos, só o primeiro foi cumprido na sua totalidade.

### FICHA GERAL DO SUBPROJETO Nº. 9 (280)

<b>Nome do subprojeto:</b>	Área Modelo Ocoí: Do Miserável para o Viável
<b>Executor/Proponente:</b>	Instituto Indigenista e de Estudos Sócio-Ambientais - TERRA MATER
<b>Endereço -Tele/Fax:</b>	Av. Silva Jardim, 616/13, Curitiba, PR 80230-000 - Tel: (041) 322-7744
<b>Coordenador:</b>	Obdulia Miranda de Meneses
<b>Equipe permanente:</b>	Obdulia Miranda de Meneses, Antropóloga; Clovis d'Assumpção, geógrafo; Rogério Ribas Lange, médico veterinário; Pedro Scherer Neto, eng. agrônomo; Tereza Cristina Margarido, bióloga; Marizeta Catapá, viverista; engenheiro de obras; 6 membros da comunidade
<b>Serviço de terceiros:</b>	----
<b>Terras Indígenas (ha):</b>	Santa Rosa do Ocoí (251 ha - delimitada)
<b>Povos indígenas:</b>	Guarani Nandeva
<b>UF/Município:</b>	PARANÁ - São Miguel do Iguaçu
<b>Início e duração:</b>	maio/1997 - 24 meses
<b>Recursos (US\$):</b>	<b>Total:</b> 236.989,00; <b>PD/A:</b> 146.989,00; <b>Contrapartida:</b> 90.000,00
<b>Objetivo geral:</b>	Reduzir o desequilíbrio ambiental e étnico, com ênfase na recuperação de áreas degradadas, nos meios e processos de subsistência e nas condições humanas de saneamento e saúde mais críticas da comunidade indígena, através de ações conjuntas.
<b>Objetivos específicos:</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Aumentar a área de cobertura florestal.</li> <li>2. Criação e manejo de Catetos ou Capivaras, Jacú e Pato do Mato.</li> <li>3. Resgate de recursos genéticos mediante um banco de sementes.</li> </ol>
<b>Atividades:</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1.1. Plantio de 20.000 mudas de espécies nativas/ano</li> <li>1.2. Plantio de espécies para a contenção da erosão nas margens dos rios e para a produção de artesanato.</li> <li>2.1. Construção de criadouros para animais silvestres.</li> <li>3.1. Produção de 150 sacas/ano de milho não híbrido.</li> </ol>
<b>Caraterísticas:</b>	<p>Recursos naturais: recuperação e manejo</p> <p>Recursos humanos: geração de emprego</p> <p>Economia/produção: pecuária (animais silvestres)</p> <p>Abrangência: 1 Terra Indígena (1 aldeia)</p>
<b>Documentos revisados:</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Formulário do subprojeto nº. 280</li> <li>2. Parecer "ad hoc" (primeiro) - Recomendado sob condições</li> <li>3. Parecer "ad hoc" (segundo) - Recomendado sob condições</li> <li>4. Esclarecimentos à Comissão do PD/A</li> <li>5. Relatório de atividades (set/97) de Obdulia Miranda de Meneses</li> <li>6. Relatório de andamento de implementação semestral (dez/97) de Obdulia Miranda de Meneses</li> <li>7. Relatório de andamento de implementação semestral (maio/98) de Obdulia Miranda de Meneses</li> <li>8. Relatório do projeto de saúde (jun/98) de Terra Mater</li> </ol>
<b>Entrevistas realizadas:</b>	Obdulia Miranda de Meneses, Coordenadora

	Blás Torres, tradutor e especialista em antropologia Emílio Gonçalves dos Santos, FNS Teodoro Guarani, cacique da área Santa Rosa do Ocoí Augusto Guarani, cacique da área Diamante Membros da equipe local do subprojeto
<b>Atividades em campo:</b>	Visita à Área Indígena Santa Rosa do Ocoí Reunião com lideranças da Área Indígena Santa Rosa do Ocoí Vistoria das instalações e obras (Criadouros) Vistoria do viveiro Visita à Área Indígena Diamante Reunião com lideranças da Área Indígena Diamante

**AValiação resumida do Projeto Nº. 9 (280)**  
**“Área Modelo Ocoí: Do Miserável para o Viável”**

<b>A. CULTURA, DIREITOS E SEGURANÇA</b>		
<b>Situação étnica do grupo</b>	+	Os Guarani falam sua própria língua e têm uma rede de parentesco e visitas que incorpora terras no Paraguai, na Argentina e no Brasil. Mantêm uma clara identidade étnica que os distingue das outras populações rurais da região.
<b>Controle sobre terras/recursos</b>	○	Depois de ter suas terras inundadas pelo Reservatório da Barragem Hidroelétrica do Itaipú, os Guarani receberam uma minúscula parcela (251 ha) de terras já degradadas nos bordos do Reservatório. Com a compra de uma fazenda desativada pela empresa Itaipú e sua subsequente “doação” para os Guarani, criando assim a Terra Indígena Diamante (1700 ha), a situação das terras do grupo melhorou consideravelmente.
<b>Segurança física, alimentícia e de saúde</b>	○	As condições de vida são muito precárias e um levantamento de dados na área de saúde revelou que as crianças entre 1 a 5 anos de idade sofrem de desnutrição. Recentemente houve um surto de diarreia no grupo. Apesar da contínua existência de preconceito na região, não há casos de violência direta contra os Guarani.
<b>B. PARTICIPAÇÃO, AGENCIAMENTO E AUTODETERMINAÇÃO</b>		
<b>Idéias, iniciativas e prioridades</b>	○	A idéia original do subprojeto foi de uma organização indigenista, mas houve participação da comunidade no estabelecimento das prioridades, particularmente na escolha dos animais silvestres para a atividade de criação em cativeiro de animais.
<b>Fortalecimento sócio-cultural</b>	○	O subprojeto tenta resgatar elementos alimentícios tradicionais, com a criação e consumo de animais silvestres e o plantio e consumo de milho originário (não híbrido), mas até o momento nenhum das duas atividades entrou em sua fase operativa.
<b>Organização/Liderança</b>	○	Houve coordenação entre o executor e as lideranças locais na implantação do subprojeto, mas isto não foi suficiente para evitar discrepâncias entre as duas partes, o que criou situações de tensão e um breve boicote por parte da equipe local. Também existem brigas internas da comunidade em torno da questão da liderança.
<b>Gestão</b>	○	A gestão do subprojeto por parte do executor foi adequada, mas teve que confrontar vários fatores externos negativos tais

		como as chuvas excessivas na fase de construção da obras, demoras nas autorizações necessárias por parte do IBAMA e o crescimento demográfico da área devido a imigrações de parentes do Paraguai.
<b>Participação da comunidade</b>		Os membros da comunidade que participaram diretamente da implantação do subprojeto exigiram subsídios e, depois, salários, o que não foi previsto na proposta original. Daí se estabeleceu uma dinâmica de ameaças e contra-ameaças para garantir a continuidade da participação da equipe local.
<b>C. ECONOMIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE</b>		
<b>Economias de escala e o mercado</b>	○	O subprojeto está voltado para o consumo interno da produção e não envolve diretamente o mercado.
<b>Tecnologia</b>	○	O subprojeto não envolve grandes inovações na área tecnológica.
<b>Conhecimentos e habilidades</b>	+	O treinamento da equipe local na área de cuidado e manejo de várias espécies de animais silvestres representa um dos elementos inovadores do subprojeto e pode produzir uma melhoria significativa na dieta dos membros da comunidade.
<b>Meio ambiente</b>	○/+	Por um lado, as chuvas excessivas causaram atrasos na implantação dos criadouros. Por outro lado, o criação em cativeiro de animais silvestres representa uma forma nova de captar proteína animal.
<b>D. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FINANCEIRA</b>		
<b>Assistência técnica</b>	+	A assistência técnica fornecida pela executor foi de alta qualidade e inclui duas pessoas que falam guarani.
<b>Assistência financeira</b>	○	Não houve grandes problemas na prestação de contas nem nos desembolsos, apesar de vários momentos de remanejamento do orçamento.
<b>E. RELAÇÕES INTERÉTNICAS E MUDANÇA SÓCIO-CULTURAL E ECONÔMICA</b>		
<b>Relações interétnicas</b>	○	O subprojeto não fomenta diretamente relações entre os guaranis e os colonos da região. Os principais problemas nessa área derivam das relações intra-étnicas devido às migrações dos guaranis entre Paraguai, Argentina e Brasil.
<b>Mudança sócio-cultural e econômica</b>	○	As mudanças provocadas pelo subprojeto até o momento são mínimas, mas existe boas possibilidades de mudanças positivas na área alimentícia.
<b>F. AVALIAÇÃO DO ANDAMENTO DO SUBPROJETO</b>		
<b>Processo de aprovação do subprojeto</b>	+	Os dois pareceres ad hoc ofereceram sugestões para o aprimoramento do subprojeto e o pedido de esclarecimentos pelo PD/A resultou em modificações positivas.
<b>Cumprimento dos objetivos específicos:</b>		
<b>(a) recuperação de áreas degradadas</b>	○	O plantio de mudas não aconteceu dentro do cronograma estabelecido e não foi feito na quantidade prevista, porém mais de três mil mudas já foram plantadas e o viveiro já foi implantado e está em funcionamento.
<b>(b) implantação de criadouros</b>	○/+	Houve vários atrasos na implantação dessa atividade. Atualmente a maioria das instalações está construída e o subprojeto aguarda a chegada dos primeiros casais de cutia, capivara e pato do mato para o mês de outubro.
<b>(c) Manejo de lavoura de não-híbridos</b>	○	Depois de vários atrasos, cinco kg de sementes de milho não-híbrido foram conseguidos pelo executor e parte dessas sementes já foi plantada. Como a safra não aconteceu ainda, não se sabe os resultados finais desse experimento.
<b>Metodologia</b>	+	A metodologia baseada em visitas regulares de técnicos especializados e em treinamento para membros da comunidade foi adequada.
<b>Cronograma</b>		Quase todas as atividades sofreram atrasos devido a razões climáticas, problemas burocráticos externos ou conflitos entre a comunidade e o executor.

<b>Equipe técnica</b>	/+	A disputa pela entrada de membros da comunidade como parte da equipe técnica do subprojeto é um ponto negativo. A alta qualidade dos técnicos contratados é um ponto positivo.
<b>Equipamentos/veículos</b>	+	A compra de uma Kombi e de um microcomputador foram necessárias para o andamento do subprojeto e ambos receberam um bom uso.
<b>Monitoramento/ avaliação interna</b>	○	O fato de que ocorreram remanejamentos regulares do orçamento mostra a existência de um monitoramento regular, ao mesmo tempo que revela uma certa falta de planejamento.
<b>Avaliação global</b>	○	Apesar dos atrasos na implementação nas atividades, depois de um ano e meio de funcionamento, o subprojeto mostra sinais de que seus principais objetivos serão cumpridos, particularmente os referentes a criadouros de animais silvestres, porém sem atingir as metas estabelecidas na proposta original.

### FICHA GERAL DO SUBPROJETO Nº. 10 (031)

<b>Nome do subprojeto:</b>	Frutos do Cerrado: Monitoramento e Acompanhamento
<b>Proponente:</b>	Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU)
<b>Endereço -Tele/Fax:</b>	Rua Brasil, 794, Nova Imperatriz, Imperatriz, MA 65907-330 - Tel: (098) 721-8288; Fax: (098) 722-3142
<b>Representante:</b>	Joaquim Alves de Souza
<b>Executor:</b>	Centro de Trabalho Indigenista (CTI)
<b>Endereço -Tele/Fax:</b>	R. Fidalga, 548 sala 13, Vila Madalena, São Paulo, SP 05432-000 - Tel: (011) 813-3450; Fax: (011) 8113- 0747
<b>Coordenador:</b>	
<b>Equipe permanente:</b>	
<b>Terras Indígenas e (aldeias do subprojeto):</b>	Não trabalha diretamente com terras indígenas. A Terra Indígena Governador (Gavião) e a Terra Indígena Araribóia venderam parte de sua produção de fava d'anta para a Cooperativa do Subprojeto nº. 36. A rede de dez cooperativas colabora com a Associação Vyty-Cati, do povo Timbira, cuja sede está em Carolina (MA).
<b>UF/Município:</b>	MARANHÃO - Imperatriz
<b>Início e duração:</b>	Abril/1996 - 36 meses
<b>Recursos (US\$):</b>	<b>Total: PD/A: Contrapartida:</b>
<b>Objetivo geral:</b>	Viabilizar o pleno funcionamento de uma unidade de processamento e beneficiamento industrial de frutos do cerrado (buriti, bacuri, bacaba, juçara, caju, cajá, mangaba, murici etc.) instalada em Carolina (MA). A parceria entre o CTI e CENTRU para o acompanhamento desse empreendimento espelha uma espécie de "sociedade" entre os grupos indígenas Timbira e seus vizinhos trabalhadores rurais, com o objetivo de gerar renda para seus respectivos projetos e se contrapor ao modelo de desenvolvimento predatório que ameaça a sobrevivência dessas populações. Trata-se, antes de mais nada, de desmistificar a idéia de que o cerrado é um ambiente pobre de recursos e transformá-lo numa fonte geradora de recursos sustentáveis.
<b>Objetivos específicos:</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Acompanhamento em campo das atividades previstas por cada grupo organizado.</li> <li>2. Capacitar os trabalhadores rurais envolvidos na realização de tarefas relacionadas à coleta, armazenamento, transporte, comercialização e replantio das frutas.</li> <li>3. Viabilizar a administração e execução das atividades previstas.</li> <li>4. Realizar a documentação e divulgação do trabalho realizado</li> <li>5. Agilizar um melhor sistema de comunicação entre os diversos grupos.</li> <li>6. Estimular a abertura de canais de participação dos associados dos diversos grupos beneficiados e da população não diretamente envolvida.</li> </ol>
<b>Atividades:</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1.1. Acompanhamento da coleta de frutos.</li> <li>1.2. Plantio de culturas permanentes.</li> <li>2.1. Cursos de manejo ambiental, formação de viveiristas, gerenciamento, contabilidade e comercialização, sistemas e métodos de plantio, educação ambiental, legislação ambiental.</li> <li>3.1. Reuniões e encontros de avaliação e planejamento.</li> </ol>



	4.1. Documentação e informação.
<b>Caraterísticas:</b>	Recursos naturais: Manejo Recursos humanos: Formação/capacitação Economia/produção: Florestal/comercialização Abrangência: 10 cooperativas e associações em dois Estados
<b>Documentos revisados:</b>	1. Formulário do subprojeto n°. 031; 2. Parecer “ad hoc” (primeiro) - 3. Parecer “ad hoc” (segundo) - 4. Diagnóstico da fase inicial de implementação dos Projetos Frutos do Cerrado de Caio Márcio Silveira e Carlos Amaral 5. Relatório de andamento da implementação semestral (out/97) 6. Relatório de andamento do subprojeto de acompanhamento (nov/97) 7. Relatório de andamento do subprojeto de acompanhamento (abr/98)
<b>Entrevistas realizadas:</b>	Milton Gomes de Souza, Presidente da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Amarante de Maranhão (S/p n°. 36) Arão Dias dos Santos, Presidente da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Carolina (Subprojeto n°. 32) José de Fátima Barros, Presidente da Cooperativa Agroextrativista dos Pequenos Produtores de Imperatriz (Subprojeto n°. 28)
<b>Atividades em campo:</b>	Visita à sede do CENTRU em Nova Imperatriz Visita à fábrica usada pela rede em Carolina

### FICHA GERAL DO SUBPROJETO Nº. 11 (167)

<b>Nome do subprojeto:</b>	Reflorestamento para fins diversos
<b>Executor/Proponente:</b>	Associação Indígena Comunitária Fowa Pypny-so
<b>Endereço -Tele/Fax:</b>	Aldeia Indígena Fulni-ô s/n, Águas Belas, PE 55340-000 - Tel: (081) 775-1022
<b>Representante:</b>	José Frederico da Silva, Presidente
<b>Coordenador:</b>	José Gilzon Ferreira de Sá
<b>Equipe permanente:</b>	Técnico agrícola; Técnico em contabilidade; Trabalhador rural
<b>Serviço de terceiros:</b>	Auxiliar de serviços
<b>Terras Indígenas</b>	Fulni-ô (11.506 ha - em identificação)
<b>Povos indígenas:</b>	Fulni-ô
<b>UF/Município:</b>	PERNAMBUCO - Águas Belas, Itaíba
<b>Início e duração:</b>	Nov/96 - 36 meses
<b>Recursos (US\$):</b>	<b>Total:</b> 154.314,00; <b>PD/A:</b> 106.466,00; <b>Contrapartida:</b> 47.848,00
<b>Objetivo geral:</b>	Reposição de espécies em extinção na área indígena; Proteção dos recursos hídricos; Aumento de oferta alimentar para rebanhos (ovinos e bovinos).
<b>Objetivos específicos:</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Formação de 10 ha. de bosque com aroeira, baraúna, imburana e umbu.</li> <li>2. Plantio de 3 ha. de cajueiro.</li> <li>3. Formação de viveiro e plantio de 4 ha. de coco ouricuri.</li> </ol>
<b>Atividades:</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1.1. Fornecimento e plantio de mudas.</li> <li>2.1. Venda de fruta e semente do cajueiro.</li> <li>3.1. Confeção de artesanato e óleo.</li> </ol>
<b>Caraterísticas:</b>	<p>Recursos naturais: Recuperação</p> <p>Recursos humanos: Gestão de projetos</p> <p>Economia/produção: Comercialização</p> <p>Abrangência: 1 terra indígena</p>
<b>Documentos revisados:</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Formulário do subprojeto nº. 167</li> <li>2. Parecer “ad hoc” (primeiro)</li> <li>3. Parecer “ad hoc” (segundo)</li> <li>4. Esclarecimentos sobre a localização da Área Indígena do Instituto Socioambiental (ISA); Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica; Sociedade Nordestina de Ecologia (RMA)</li> </ol>

### FICHA GERAL DO SUBPROJETO Nº. 12 (262)

<b>Nome do subprojeto:</b>	Recuperação e despoluição de áreas de Terra Waiãpi degradadas por garimpo
<b>Proponente:</b>	Conselho das Aldeias Waiãpi (APINA)
<b>Endereço -Tele/Fax:</b>	Av. São José, 1570, Bairro Central, Macapá, AP 68907-270 - Tel/Fax: (096) 212-9146
<b>Representante:</b>	Taruku Waiãpi, Presidente
<b>Executor:</b>	Centro de Trabalho Indigenista (CTI)
<b>Endereço -Tele/Fax:</b>	Av. São José, 1570, Bairro Central, Macapá, AP 68907-270 - Tel/Fax: (096) 212-9146
<b>Coordenador:</b>	Pedro Dias Corrêa
<b>Equipe permanente:</b>	Pedro Dias Corrêa; Dominique Gallois; Luiz Vessani; Giovani Musial; Willian Farako
<b>Serviço de terceiros:</b>	Contador; advogado; especialista em RIMA
<b>Terras Indígenas:</b>	Waiãpi (573.000 ha - demarcada)
<b>Povos indígenas:</b>	Waiãpi
<b>UF/Município:</b>	AMAPÁ - Laranjal do Jari, Amapari
<b>Início e duração:</b>	não se implementou ainda - 24 meses
<b>Recursos (US\$):</b>	<b>Total:</b> 320.283; <b>PD/A:</b> 198.083; <b>Contrapartida:</b> 122.200
<b>Objetivo geral:</b>	Recuperar o solo e a vegetação de zonas de terra Waiãpi, degradada pela ação de garimpos predatórios e mitigar a poluição do meio ambiente local por mercúrio (Hg). O objetivo é contribuir para o controle dos recursos naturais que os Waiãpi desejam gerir de forma autônoma e exclusiva.
<b>Objetivos específicos:</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Implantação de um sistema mecanizado de extração de amálgama (Hg, Au) no médio Aimã e Ari.</li> <li>2. Início do processo de extração amálgama com produção mínima estimada em 2,5 kg.</li> <li>3. Implantação de um viveiro de mudas no local e início da terraplanagem para o retorno dos cursos d'água ao local de origem.</li> <li>4. Cursos para formação do diretoria da APINA.</li> </ol>
<b>Atividades:</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1.1. Instalação dos equipamentos.</li> <li>2.1. Produção de 2,5 kg de amálgama (Hg, Au).</li> <li>3.1. Plantio de mudas em 50% da área trabalhada.</li> <li>4.1. Produção e comercialização de Au.</li> </ol>
<b>Caraterísticas:</b>	<p>Recursos naturais: Recuperação</p> <p>Recursos humanos: Fortalecimento da organização</p> <p>Economia/produção: Comercialização</p> <p>Abrangência: 1 terra indígena</p>
<b>Documentos revisados:</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Formulário do subprojeto nº. 262</li> <li>2. Dossiê "Campanha contra o projeto de autogestão dos índios Waiãpi no Amapá" do Centro de Trabalho Indigenista (maio/97)</li> <li>3. Carta de Dominique T. Gallois ao Procurador da República no Amapá (dez/96)</li> <li>4. Carta aberta do CTI, Dominique Gallois (maio/97)</li> <li>5. Denúncia de Caubi Waiãpi à Procuradoria da República do Estado no Amapá</li> </ol>

	<p>6. Denúncia de Miuã Waiãpi à Procuradoria da República do Estado no Amapá</p> <p>7. Denúncia de Cacique Kumare da Aldeia do Aramirã à Procuradoria da República no Estado do Amapá</p> <p>8. Denúncia de Cacique Taruku Waiãpi à Procuradoria da República no Estado do Amapá</p> <p>9. Ação Civil Pública com Pedido de Liminar (ago/97) de João Bosco Araujo Fontes Junior</p> <p>10. Advocacia-Geral da União referente ao Procedimento 97.31.00.001717-4 de Sebastião Correia Lima e Maria Carneiro Lopes (ago/97)</p> <p>11. Decisão (liminar) do Juiz Federal Marcelo Dolzany da Costa (ago/97)</p> <p>12. Artigo “Geólogo da FUNAI responde às acusações da antropóloga e do CTI” de Múcio Nobre da Costa Ribeiro</p>
<b>Entrevistas realizadas:</b>	<p>Francisco Edinburgo Ribeiro de Almeida, Coordenador da Gerência Estadual para o PPG-7</p> <p>Mamede Leal, Chefe da Divisão de Fiscalização, SEMA, Amapá</p> <p>Isabel Coutinho, técnica da Gerência Estadual para o PPG-7</p>

## **V. AVALIAÇÃO E ANÁLISE COMPARATIVO DE NOVE SUBPROJETOS**

Nessa seção, as perguntas da Matriz de Coleta de Dados, juntamente com as respostas de nove subprojetos visitados, são apresentadas numa série de tabelas. Depois de cada tabela, há uma breve análise comparativa das principais tendências. As tabelas estão agrupadas em torno das seguintes categorias:

### **A. INFORMAÇÕES GERAIS DO SUBPROJETO**

- A-1: Características do Subprojeto (p. 53)
- A-2: Avaliação do Estado Atual do Subprojeto (p. 54)

### **B. CULTURA, DIREITOS E SEGURANÇA**

- B-1: Situação Étnica do Grupo Indígena (p. 55)
- B-2: Controle sobre Terras e Recursos (p. 56)
- B-3: Segurança Física, Alimentícia e de Saúde (p. 57)

### **C. PARTICIPAÇÃO, AGENCIAMENTO E AUTODETERMINAÇÃO**

- C-1: Idéias, Iniciativas e Prioridades (p. 58)
- C-2: Fortalecimento Sócio-cultural (p. 59)
- C-3: Organização / Liderança (p. 60)
- C-4: Gestão (p. 61)
- C-5: Participação da Comunidade (p. 62)

### **D. ECONOMIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE**

- D-1: Economias de Escala e o Mercado (p. 63)
- D-2: Tecnologia (p. 64)
- D-3: Conhecimentos e Habilidades (p. 65)
- D-4: Meio Ambiente (p. 66)

### **E. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FINANCEIRA**

- E-1: Assistência Técnica (p. 67)
- E-2: Assistência Financeira (p. 68)

### **F. RELAÇÕES INTERÉTNICAS E MUDANÇA SÓCIO-CULTURAL E ECONÔMICA**

- F-1: Relações Interétnicas (p. 69)
- F-2: Mudança Social, Cultural e Econômica (p. 70)

## VI. DOIS SISTEMAS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE SUBPROJETOS

Três dos doze subprojetos analisados aqui foram avaliados pelos técnicos do PD/A como parte do sistema regular de monitoramento e avaliação. Um item dos termos de referência desta consultoria pede uma comparação dos resultados encontrados pelos dois sistemas de avaliação. Em vez de apresentar uma comparação dos resultados em si, atividade que não parece produzir muitas informações interessantes, vou realizar uma breve comparação entre os dois *sistemas* de monitoramento e avaliação para fornecer subsídios para um sistema próprio para o PD/I.

Os dois sistemas de avaliação estão fundamentados em lógicas distintas. O sistema do PD/A têm como finalidade a avaliação dos subprojetos enquanto projetos individuais. Sua ênfase temática reside no **desempenho** e **caráter demonstrativo dos subprojetos** e seu principal mecanismo epistemológico é a **avaliação por objetivos**.

A metodologia desenvolvida nesta consultoria tem como finalidade a análise de subprojetos enquanto **partes de processos sociais e políticos mais amplos**. Sua ênfase temática reside na **sustentabilidade das atividades de grupos étnicos diferenciados que controlam seus próprios territórios**. Seu principal mecanismo epistemológico é a **análise das condições, contextos e ações nos níveis locais, regionais e nacionais**.

Esses dois sistemas de avaliação não são contraditórios entre si. Pelo contrário, são amplamente **complementares**, de tal modo que muitos dos elementos do sistema de avaliação de subprojetos do PD/A foram incorporados nesta metodologia, principalmente no item A da Matriz de Coleta de Dados (A-1: Características Gerais do Subprojeto e A-2: Avaliação do Estado Atual do Subprojeto) e no item F da Avaliação Resumida do Subprojeto (Avaliação do Andamento do Subprojeto).

O que posso tirar como principal conclusão dessa breve justaposição entre sistemas de monitoramento e avaliação é que o programa PD/I, mesmo que esteja administrado pelo PD/A, **precisaria de seu próprio sistema de monitoramento e avaliação, diferente do sistema utilizado para os outros subprojetos, devido às particularidades inerentes a um programa que lida com grupos étnicos diferenciados**. Esse sistema não necessariamente teria que seguir a metodologia apresentada aqui, mas considero que a estrutura da presente metodologia oferece um excelente ponto de partida para a elaboração definitiva desse sistema. Posso acrescentar que esta metodologia foi aplicada mediante levantamentos rápidos de campo (semelhante aos levantamentos

efetuados pelo sistema do PD/A) e que tem a vantagem de ser compatível com o sistema de avaliação de projetos indígenas de alcance continental apresentado no texto de Roper, Frechione e DeWalt.

## VII. CONCLUSÕES ANALÍTICAS

### 1. Com quem lidar? - Os Proponentes e Executores dos Subprojetos

Pode-se identificar três tipos básicos de proponentes/executores dos subprojetos: (a) Organizações indígenas; (b) Organizações indigenistas; e (c) Organizações de desenvolvimento regional. Usando como base os doze subprojetos analisados nesse relatório, a lista das organizações envolvidas, classificadas por categoria, é a seguinte:

<b>Tipo</b>	<b>Nome</b>	<b>Nº.</b>	<b>Função</b>
Organizações indígenas	1. Associação Agro-Extrativista Poyanawa (AAPBI)	3 (085)	Prop./Exec.
	2. Conselho Indígena Mura (CIM)	4 (146)	Prop./Exec.
	3. Associação dos Povos Indígenas do Tumucumaque (APITU)	6 (261)	Prop./Exec.
	4. Associação das Comunidades Indígenas Gavião do Maranhão	7 (304)	Proponente
	5. Associação Vyty-Cati das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins	7 (304)	Executor
	6. Associação Indígena Comunitária Fowa Pypny-so	11 (167)	Prop./Exec.
	7. Conselho das Aldeias Waiãpi (APINA)	12 (262)	Proponente
Organizações indigenistas	1. Comissão Pró-Índio do Acre (CPI/AC)	1 (137) 2(138)	Prop./Exec. Prop./Exec.
	2. Centro de Trabalho Indigenista (CTI)	10 (031) 12 (262)	Executor Executor
	3. Instituto Socioambiental (ISA)	8 (077)	Prop./Exec.
	4. Conselho Indigenista Missionário (CIMI-Norte)	5 (161)	Proponente
	5. Instituto Indigenista e de Estudos Sócio-Ambientais - TERRA MATER	9 (280)	Prop./Exec.
Org./ desenv. regional	1. Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU)	10 (031)	Proponente
	2. Casa de Cultura do Urubuí	5 (161)	Executor

Cada tipo de proponente/executor produz um perfil distinto de subprojeto. A seguir apresenta-se uma tentativa de traçar esses perfis.

**1a. Subprojetos de organizações indígenas:** Das sete organizações indígenas envolvidas, seis são de só uma etnia: três englobam uma etnia e uma terra indígena (Poyanawa; Fulni-ô; Waiãpi) e três englobam uma etnia e múltiplas terras indígenas



(Mura; Gavião; Timbira). A sétima organização (APITU), engloba duas terras indígenas contendo quatro etnias (Apalpaí; Wayana; Tiriyo; Kaxuyana). Cinco dessas organizações funcionam entre grupos indígenas que têm uma longa história de contato e estão relativamente bem integrados nas suas respectivas economias regionais, com as duas exceções sendo as da APINA e da APITU. A ausência de organizações multi-étnicas regionais (de segundo grau) como proponentes é notável.

Em sua maioria, estas organizações são novas e organizacionalmente precárias: falta experiência na gestão de projetos; carecem de quadros técnicos qualificados; e faltam financiamento institucional estável. Embora formem parte da sociedade civil brasileira —e portanto possam ser consideradas como organizações não-governamentais (ONGs) nesse âmbito—, diferem significativamente de muitas ONGs não-indígenas devido a sua explícita natureza política, tanto no seu papel como representante político de sua sociedade frente à sociedade nacional, quanto no seu papel de entidade assistencialista para seus membros. Ou seja, muitas vezes essas organizações cumprem funções “governamentais” tais como assistência social, transporte público, elaboração de políticas étnicas e defesa territorial.

Quando essas organizações assumem a gestão de um subprojeto, tendem a produzir uma acumulação de funções que exerce pressões nas suas estruturas institucionais. Dessa forma, a captação de recursos mediante o subprojeto, além de servir para cumprir com os objetivos do subprojeto, implícita ou explicitamente também serve para dar apoio institucional à organização. A gestão de um subprojeto por uma organização indígena de base pode oferecer a oportunidade para o fortalecimento estrutural da organização e para ganhar legitimidade frente a seus membros, na medida em que o subprojeto funciona bem e traz benefícios para eles. Por outro lado, um subprojeto gerenciado localmente pode resultar no enfraquecimento da organização se ele não funciona bem ou não consegue realizar seus objetivos. Sejam esses eventuais fracassos relacionados ou não à capacidade de gestão dos líderes, a organização pode perder credibilidade frente a seus membros e pode criar tensões institucionais internas à organização.

As organizações indígenas de segundo grau podem sofrer desse mesmo conjunto de fatores, apesar de que elas tendem a ter maior estabilidade financeira e mais experiência na gestão de projetos do que as organizações de base. Ao mesmo tempo, por serem organizações multi-étnicas, cujos líderes freqüentemente vivem nos centros

urbanos, os problemas de representatividade política e legitimidade social tendem a ser mais agudos.

**1b. Subprojetos de organizações indigenistas:** Dos múltiplos grupos indígenas que participam dos subprojetos executados ou supervisionados por organizações indigenistas, a maioria (Kaxinawá; Kulina; Jaminawa; Machineri; Kayapó Xikrin do Cateté; Waiãpi; Macuxi; Wai Wai; Deni; Sateré-Mawé) são grupos afastados geográfica e economicamente das principais atividades do mercado regional e mantêm suas línguas vivas. São poucos desses grupos que possuem organizações indígenas formalmente estruturadas. As principais exceções são os grupos Guarani e Timbira.

As cinco organizações indigenistas que participam dos subprojetos podem ser classificadas como Organizações Não-Governamentais de ordem técnica, mas que cumprem também com uma função política dentro dos marcos da Sociedade Civil. No plano técnico, essas organizações são chaves no fornecimento de assistência técnica nas terras indígenas. Entre as atividades desenvolvidas por elas em seus sete subprojetos inclui-se: treinamento de agentes agroflorestais; pesquisa etnocientífica; mapeamento e zoneamento das Terras Indígenas; assessoramento financeiro, administrativo e produtivo; e capacitação em gestão de projetos. Nesse âmbito, as ONGs indigenistas preenchem uma grande lacuna criada pela ausência do Estado Brasileiro nessas terras. A eficácia dessas organizações nessas atividades está expressada nos seus excelentes relatórios, mapas, dados e outras informações produzidas.

Ao mesmo tempo, a outra função dessas ONGs na sua capacidade tanto de proponente quanto de executor de subprojetos é de intermediação entre grupos indígenas não formalmente organizados e o PD/A. A dimensão política dessa função se revela quando as ONGs indigenistas tornam, de fato, os “representantes” do grupo frente ao Programa. Esses subprojetos tendem a ser coordenados por antropólogos que têm larga experiência com um grupo determinado e, portanto, as atividades de representação se fundamentam na confiança que o grupo coloca no Coordenador/Antropólogo. O lado positivo dessa função é o de fornecer aos grupos indígenas com limitados contatos com a sociedade dominante acesso ao Programa. Por outro lado, existe o perigo de uma eventual substituição da voz dos índios por parte das ONGs indigenistas.

**1c. Subprojetos de organizações de desenvolvimento regional:** As duas organizações de desenvolvimento regional envolvidas nos subprojetos mantêm relações muito diferentes com os povos indígenas de sua região. A Casa de Cultura do Urubuí trabalha com grupos tanto indígenas quanto não-indígenas na área específica da apicultura e lida periféricamente com grupos indígenas de ambos pólos de integração econômica, mas sem produzir um impacto significativo em nenhum deles. Por enquanto, o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU), organização que articula onze subprojetos na área de coleta, beneficiamento e comercialização dos frutos do cerrado, lida diretamente com uma organização indígena (Vyty-Cati) como parceiro. Nesse caso, houve divergências entre esses dois parceiros referentes ao controle formal sobre a fábrica e a marca que atualmente estão em mãos exclusivas da Vyty-Cati.

Mesmo assim, a existência de experiências de colaboração e cooperação entre organizações indígenas e não-indígenas no marco do desenvolvimento regional, oferece um modelo de desenvolvimento mais amplo que pode ser benéfico para ambos lados. As experiências de colaboração mútua em torno do desenvolvimento regional representa uma alternativa para regiões marcadas por conflitos interétnicos.

**1d. Os grupos indígenas não incluídos nessa amostra:** Os subprojetos aprovados e implementados pelo PD/A tendem a favorecer os grupos da Sociedade Civil que estão melhor organizados: são justamente esses grupos que estão em melhores condições de elaborar uma boa proposta e que têm um certo grau de articulação e trânsito no mundo político. Mas quando analisamos o universo de grupos indígenas que poderiam ter interesse num eventual programa PD/I, fica evidente que a grande maioria das terras indígenas, com seus respectivos povos, teriam poucas possibilidades de participar. Isto levanta a seguinte interrogação: o PD/I deve lidar diretamente com lideranças indígenas, mesmo as que não estão formalmente organizadas (isto é, numa organização estilo ocidental)?

## **2. Como intervir? - Os Dilemas do “Projetismo”**

Utilizando um ponto de vista “externo” que é privilégio de um consultor, considero como meu dever sinalizar a existência —pouca questionada pelas instituições envolvidas no processo da elaboração do PD/I— do fenômeno que denomino

X “projetismo”. O projetismo representa uma modalidade específica de desenvolvimento na qual atividades tais como a defesa de território, a produção econômica e a organização política precisam de ser “traduzidas” num “projeto” para seu possível financiamento por um programa governamental. Isto pode parecer normal para pessoas ou grupos integrados no mundo do desenvolvimento, mas para certos grupos indígenas, particularmente os com limitado contato com a sociedade nacional, esse processo em si mesmo pode implicar significativas mudanças sócio-culturais, de liderança e temporais.

No *plano sócio-cultural*, a elaboração, reformulação, aprovação, gerenciamento, monitoramento e avaliação de um subprojeto representa uma modalidade ocidental, burocrática, modernizante e “curtoprazista” de confrontar os problemas cotidianos de um grupo étnico determinado. Ao entrar nesse mundo, o grupo teria que: aprender a formular objetivos gerais e específicos, com suas respectivas atividades; elaborar critérios de medição para seu cumprimento; estabelecer cronogramas de atividades e de desembolsos; prestar contas financeiras; manejar programas de software; elaborar relatórios semestrais; e receber delegações de forasteiros em suas terras que realizam atividades de monitoramento e avaliação. Outro conjunto de possíveis mudanças reside na ênfase em atividades letradas (em vez de orais), na necessidade de domínio de português, na introdução de uma noção “métrica” de tempo (na qual toda atividade deve ser realizada num momento específico), no uso da contabilidade moderna e na monetarização das atividades produtivas.

No *plano das lideranças internas*, o projetismo corre o risco de criar novas divisões nas comunidades indígenas. Na maioria dos casos analisados aqui, a participação dos índios em papéis de liderança dentro dos subprojetos é de pessoas jovens. Isto tem sua lógica, já que são justamente essas pessoas que tendem a ter mais experiência em lidar com a sociedade dominante e níveis mais altos de alfabetização em português, ambos necessários para gerir com sucesso um subprojeto. Mas inerente a essa dinâmica é a potencial desvalorização das lideranças mais velhas e mais tradicionais. Os subprojetos não funcionam segundo as formas tradicionais de liderança indígena baseada na repartição de bens ou recursos em função de redes de parentesco ou em sistemas que privilegiam a participação dos homens sobre a das mulheres. Além disso, os recursos de um subprojeto têm que ser aplicados em função dos cronogramas de desembolsos, e não em função do que as lideranças decidem contingencialmente. Frente a esse dilema, a opção mais utilizada nos casos analisados aqui foi a de outorgar

aos jovens, por parte das lideranças mais velhas, as responsabilidades diárias dos subprojetos.

No *plano temporal*, o projetismo produz uma aceleração na realização de certas atividades devido à curta duração da maioria dos projetos (que poucas vezes passam de três anos). Quando visto na temporalidade das invasões e mudanças seculares que muitos grupos indígenas sofreram, a pretensão de rever os impactos negativos dessas mudanças no lapso de dois ou três anos revela-se como bastante espúria. O arraigamento de mudanças sócio-culturais positivos num grupo indígena é melhor medido em gerações do que em anos. Mas o curto prazo dos projetos raramente permite que se pensa em termos de gerações.

Não há *necessariamente* nada de mau com o projetismo, mas é importante que as instituições responsáveis pela elaboração e implementação do PD/I saibam que a mera entrada de um grupo indígena no Programa pode produzir fortes mudanças sócio-culturais, políticas e temporais. Qualquer atividade de “revalorização cultural” ou de “fortalecimento” de aspectos sócio-culturais tradicionais tem que ser avaliada dentro do macro-contexto de ocidentalização e burocratização que os projetos promovem. Para lidar com essas situações contraditórias, práticas de interculturalidade precisam ser pensadas com antecipação.

### **3. Como se inter-relacionar? - Os Desafios da Interculturalidade**

**3a. Tipos de interculturalidade:** O termo “interculturalidade” refere-se às múltiplas formas de interrelacionamento entre pessoas, grupos e/ou instituições pertencentes a duas ou mais culturas. Práticas de interculturalidade requerem que as partes envolvidas participem voluntariamente no processo e que se estabeleça um universo de diálogo entre os membros das distintas culturas envolvidas (assim, situações de guerra, invasão ou subordinação seriam excluídas dessa definição). A diferença básica entre interculturalidade e “transculturação” é que a primeira tende a ser um processo *consciente* de interação e mudança enquanto a segunda inclui qualquer tipo de interação e mudança mútua. Ambos conceitos implicam um trânsito de dupla via de valores, costumes e ações, em vez de um movimento em uma direção só (o que seria classificado como aculturação ou assimilação).

Nos subprojetos analisados aqui, fica evidente que existem distintos tipos de interculturalidade que variam dependendo do caso específico. No Subprojeto 2 (138) há

um caso de revalorização cultural (da medicina tradicional) externamente induzida; no Subprojeto 6 (261) há uma valorização econômica de atividades culturais tradicionais (artesanato); no Subprojeto 1 (137) há a criação de um conhecimento agroflorestal híbrido (com a introdução de fruteiras novas mas com modificações no manejo sendo feitas no local pelos indígenas); nos Subprojetos 3 (085) e 9 (280) existe a “tecnificação” de atividades tradicionais de subsistência (mecanização da roça e criação de animais silvestres anteriormente caçados, respectivamente); no Subprojeto 5 (161) existe a possibilidade de uma mudança externa (a introdução de atividades de apicultura) que podem conduzir ao restabelecimento de práticas indígenas antigas (manejo de enxames de abelhas nativas); no Subprojeto 7 (304) há a tentativa de criar uma empresa moderna (de polpa de frutos de cerrado) com base nas organizações indígenas locais, atividade também tentada pelo Subprojeto 4 (146) com o babaçu; o Subprojeto 8 (077) está construindo uma parceria entre dois grupos que há pouco tempo eram inimigos (os Xikrin e os madeireiros); no Subprojeto 12 (262) houve a proposta de recuperação ambiental e defesa da área indígena mediante a introdução de máquinas sofisticadas (limpeza de ex-garimpos).

**3b. Investimentos em conhecimento técnico:** O conhecimento técnico ocidental foi muito mais utilizado na maioria dos Subprojetos. Em todos os Subprojetos executados por organizações indigenistas, 40% ou mais dos recursos financeiros do PD/A foram aplicados em pagamento de salários ou serviços de terceiros que forneceram conhecimentos ou habilidades técnicos. Esses conhecimentos são de grande valor para o bom funcionamento das atividades propostas nos subprojetos e essas ONGs estão realizando importantes atividades em terras indígenas com um bom grau de eficácia. Em muitos casos, as exigências externas do mercado—como a certidão ambiental para a exportação de um produto da floresta—requerem estudos e mapas sofisticados que só podem ser feitos por técnicos profissionais.

O Empreendimento Florestal dos Recursos Madeireiros (*Business Plan: Timber Operations on the Indigenous Territory of the Xikrins of Cateté*), que está sendo implementado mediante um contrato entre o Instituto Socioambiental (ISA) e a Companhia do Vale do Rio Doce (CVRD), com investimentos do Banco Mundial, dificilmente teria sido aprovado ambientalmente sem os documentos de apoio de inventário, mapeamento e zoneamento levantados pelo ISA, como parte do Subprojeto 8 (077).

Por outro lado, uma das maiores lacunas nos Subprojetos analisados nesse relatório é a falta de interesse e investimentos em conhecimentos e habilidades indígenas. Dos dois subprojetos que explicitamente fizeram investimentos em conhecimentos e habilidades indígenas tradicionais, um teve um bom grau de sucesso—nº. 6 (261), de artesanato—e o outro experimentou grandes dificuldades—nº. 2 (138), de farmácias vivas. Uma situação semelhante acontece com os conhecimentos e habilidades das outras populações locais. Arão Dias dos Santos, Presidente da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Carolina (Subprojeto nº. 032), descreve essa dinâmica nos seguintes termos: “Os novos programas ambientais dos últimos anos são muito bons para a região do Cerrado. Mas, nesses bilhões de reais gastos nesses programas, a maior parte do bolo fica com os técnicos, e o lavrador recebe muito pouco.”

Parte do problema é que o conhecimento técnico profissional é bem mais caro (no mercado do trabalho) que o conhecimento local, sendo que investimentos nessa área tendem a reduzir investimentos necessários em outras áreas. Uma experiência tomada do Subprojeto 7 (304) é reveladora: Depois de ter problemas com os dois técnicos profissionais da equipe e sua eventual saída do Subprojeto, o dinheiro utilizado no pagamento de seus salários foi remanejado e deu para pagar subsídios para *dezessete pessoas locais*, entre eles doze índios.

**3c. Relações interétnicas:** Os povos indígenas vivem num quadro global de relações de subordinação e dependência; um ou dois projetos em pouco modificarão esse quadro. A grande desigualdade de poder entre um programa governamental e os grupos indígenas—desigualdade inerente à relação entre uma entidade que possui uma fonte significativa de dinheiro e grupos que vivem em situações de pobreza e marginalidade—cria potenciais situações de dependência e manipulação, mesmo que o programa tenha a finalidade em apoiar esses grupos para sair dessas situações. Além disso, os subprojetos do PD/A ligam diversos atores sociais com cotas muito díspares de poder (onde uma aldeia indígena amazônica é vinculada, mesmo tenuamente, aos governos dos sete países industrializados (G-7), e a todos os intermediários entre esses dois pólos). Em contextos marcados por cotas desiguais de poder entre parceiros, resulta difícil evitar o estabelecimento de certos laços de dependência e paternalismo. Daí a pergunta mais realista seria como minimizar e/ou melhorar relações de dependência em vez de eliminá-las.

Em alguns casos, a mera possibilidade de que o subprojeto quebre o monopólio do poder do patrão da área, ou da FUNAI, pode ser valioso em si. É claro que não se trata de criar um novo monopólio pelo PD/I ou em torno de uma ONG, mas aumentar as possibilidades de autonomia política e econômica dos grupos indígenas em oferecer-lhes o poder de escolha de parceiros. As experiências de colaboração econômica entre grupos indígenas e caboclos, ribeirinhos e camponeses representa outra opção que abre o leque de parceiros.

De qualquer forma, a possibilidade da “cooptação” desses grupos pelo governo e pelos outros grupos ou agências envolvidos no projetismo continua sendo um risco político alto, mesmo que o governo não tenha essa meta. O fato de que para ter acesso ao dinheiro as organizações indígenas estão obrigadas a “jogar segundo as regras” estabelecidas por esses Programas, implica uma funcionalização de suas organizações em torno do Programa.

#### **4. Como sobreviver? - Atividades de Subsistência X o Mercado**

**4.a. As tensões inerentes:** Na maioria dos subprojetos existe uma grande tensão entre os pólos econômicos de atividades de subsistência e do mercado. Hoje em dia, quase todos os povos indígenas têm arraigadas necessidades para produtos industrializados—espingardas; munições; anzóis; motores; combustível; redes; roupas; sapatos; panelas; café; açúcar; sal; arroz; brinquedos etc.—o que cria outras necessidades em torno da geração regular de renda. Daí surge os intentos de estabelecer vínculos economicamente sustentáveis entre esses povos e o mercado. Ao mesmo tempo, em todos os subprojetos, as atividades tradicionais de subsistência—caça, pesca, roça, coleta de frutos etc.—continuam fornecendo grande parte dos alimentos básicos da dieta quotidiana dos membros das comunidades. Tais atividades são fundamentais para garantir a sobrevivência física dos grupos indígenas.

O desafio econômico das terras indígenas consiste em encontrar um ponto de equilíbrio entre esses dois pólos econômicos. Nas áreas onde as atividades de subsistência estão fracas—seja essa situação devido ao esgotamento dos recursos naturais ou à desvalorização cultural dessas atividades—o PD/I pode fortalecê-las para evitar o estabelecimento de uma dependência total do mercado. Uma terra indígena verdadeiramente autosustentável não pode prescindir de atividades básicas de



subsistência. E quando a subsistência de um grupo está assegurada, as atividades de mercado podem entrar como uma atividade complementar.

Há uma série de obstáculos a serem superados para que um grupo indígena entre com sucesso no mercado. Primeiro, nas terras indígenas visitadas existem grandes carências de infra-estrutura—equipamentos, veículos, estradas etc.—que não favorecem vínculos estreitos com o mercado. Segundo, as exigências do mercado a respeito da qualidade do produto—higiene na produção e embalagem, padronagem e apresentação do produto, etc.—são muitas vezes difíceis de serem atingidas devido às condições precárias de beneficiamento. Terceiro, em muitos casos, os produtos oferecidos não contam com um alto valor no mercado (isto é particularmente evidente nos produtos alimentícios), o que dificulta o processo de geração de renda em quantias significativas. Quarto, grupos que dependem da venda de um produto só estão expostos às vacilações do mercado que podem ser catastróficas para pequenos produtores. E, no caso da produção de artesanato, existe o perigo da descaracterização dos produtos para confeccioná-los de acordo com os gostos dos turistas e outros compradores.

Para satisfazer todas essas exigências, é proposta a instauração de uma mentalidade empresarial entre os povos indígenas, o que pode conduzir à noção de que as terras indígenas representam uma espécie de “microempresa” em vez de serem territórios autóctones de sociedades diferenciadas que precisam satisfazer suas múltiplas necessidades.

**4.b. Possíveis modelos econômicos:** Com base na discussão anterior, traço as linhas gerais de quatro modelos econômicos distintos que podem ser implementados dentro do marco de Programa PD/I. Esses modelos não representam uma lista exaustiva das possibilidades e também não são fixos, ou seja, podem existir várias formas híbridas entre eles.

(1) Fortalecimento das atividades de subsistência: A finalidade desse modelo seria garantir a sobrevivência do grupo indígena mediante a segurança alimentícia gerada por atividades de subsistência. Os subprojetos que melhor se encaixam nessa categoria são n.º 3 (085) dos Poyanawa, onde a produtividade das roçadas quase dobrou devido às atividades de recuperação de e plantio em áreas degradadas, e n.º 9 (280) dos Guarani, onde a criação de animais silvestres em criadouros aumentaria significativamente o teor proteico de sua dieta.

(2) Estabelecimento de economias paralelas: Nesse modelo, os grupos indígenas continuariam com suas atividades de subsistência e elaborariam produtos para o mercado, mas sem vender diretamente essa produção. Haverá intermediação na fase de comercialização, que idealmente deve ser feita por uma macro-organização indígena e acontecer num lugar fora das aldeias, e os pagamentos seriam feitos em mercadoria em vez de dinheiro. O subprojeto que opera segundo esse modelo é o nº. 6 (261) entre os Apalaí e os Wayana, no qual a Associação Indígena (APITU) é responsável pelo transporte e venda do artesanato produzido nas aldeias, com os produtores recebendo mercadoria de cantinas instaladas nas aldeias pelo subprojeto.

(3) Terceirização das atividades econômicas com fiscalização indígena: Esse modelo prevê a subcontratação de atividades econômicas feitas dentro de terras indígenas por grupos externos, mas com a fiscalização realizada pela organização indígena local, a qual também receberia *royalties* ou um dinheiro fixo estabelecido no contrato. O convênio negociado entre os Xikrin do Cateté e os madeireiros da região para a exploração sustentável de madeira (principalmente mogno) dentro da área indígena, o que é baseado no mapeamento e zoneamento da área financiado pelo Subprojeto 8 (077), representa um intento de implementar esse modelo.

(4) Controle total do processo econômico por parte da organização indígena: Esse modelo envolve o controle sobre cada fase do processo econômico—produção, beneficiamento, escoamento e comercialização—em mãos de uma organização indígena, seja local ou regional. As dificuldades em implementar esse modelo residem na falta de capacitação dos membros da organização para cobrir cada uma dessas fases e a incapacidade de controlar muitos dos fatores externos. A tentativa que mais se assemelha a esse modelo é o Subprojeto 7 (304) de produção, beneficiamento, escoamento e comercialização dos frutos do cerrado, mas está ainda longe de conseguir um bom grau de desempenho.

## **5. Como continuar? - O Desafio da Autosustentabilidade**

O conceito da “autosustentabilidade das terras indígenas” é chave para qualquer programa na época pós-demarcatória e representa um dos pilares do pensamento que orienta, até o momento, a elaboração do Programa PD/I. Mas o uso desse conceito para orientar um novo programa sofre, no mínimo, três dificuldades:

(1) Em primeiro lugar, é importante reconhecer que hoje em dia é extremamente difícil para qualquer grupo conseguir um alto grau de autosustentabilidade na prática. A situação de subordinação a que as sociedades indígenas estão submetidas só acrescenta mais dificuldades para se atingir um estado de autosustentabilidade. Se, num mundo cada vez mais globalizado, a economia brasileira, que se fundamenta em imensas riquezas naturais, não é autosustentável, como podemos esperar isto de uma pequena terra indígena?

(2) Em segundo lugar, o conceito tem uma multiplicidade de acepções, o que fomenta sua ambigüidade. A autosustentabilidade vai muito além de uma mera questão biofísica, para incorporar questões demográficas, institucionais, políticas, econômicas e técnicas. Não adianta muito a elaboração de um belo plano de manejo de recursos naturais, fundamentado em excelentes estudos de base, se não há condições políticas na região para implementá-lo; ou se não há organizações locais capacitadas em geri-lo; ou se não há meios adequados para o escoamento e comercialização da produção.

(3) Em terceiro lugar, o conceito foi apropriado por tantos grupos sociais e instituições de desenvolvimento, cada um com um uso político diferente do conceito, que corre o risco de ser vazado de todo valor operativo.

Para que o conceito de autosustentabilidade tenha um valor operativo, sua viabilidade empírica teria que ser analisada. Com esse fim em mente, e utilizando os subprojetos como amostra, elaborei a seguinte tabela que indica os pontos críticos que, ao meu ver, teriam que ser analisados na elaboração de um conceito viável de autosustentabilidade.

<b>Tipo de auto-sustentabilidade</b>	<b>Comentários e áreas críticas</b>
<b>Demográfica</b>	Quase todas as terras indígenas que participam dos Subprojetos PD/A estão experimentando crescimento demográfico, em alguns casos em ritmo acelerado. Para ter sustentabilidade demográfica, as pressões sobre os recursos naturais da área indígena, procedentes de uma população indígena cada vez mais numerosa, jovem e consumista, teriam que ser projetadas.
<b>Biofísica</b>	O tamanho e estado de conservação das terras indígenas são dois fatores básicos que entrariam em qualquer análise da autosustentabilidade biofísica. Na maioria dos casos desta amostra, há uma grande carência de informações específicas sobre os recursos naturais e as possibilidades de seu manejo a longo

	prazo.
<b>Institucional</b>	Poucas das organizações indígenas que participaram dos subprojetos como proponentes ou executores tem estabilidade financeira institucional, precisando de subsídios, como é o caso da maioria das ONGs não-indígenas também. Para ter sustentabilidade institucional, a sobrevivência institucional das organizações locais também teria que ser garantida.
<b>Política</b>	A autosustentabilidade só é concebível dentro de um contexto de autodeterminação das sociedades indígenas. A atual situação de tutela, sob a qual os índios do País estão subordinados, teria que ser revista e novos caminhos políticos estabelecidos. Um dos elementos positivos dos Subprojetos analisados aqui, foi sua capacidade de funcionamento fora das estruturas de controle da FUNAI. Os distintos casos de “conflitos regionais” também teriam que ser resolvidos, pelo menos parcialmente, para que um subprojeto tenha autosustentabilidade política.
<b>Econômica</b>	Os Subprojetos mostram que, embora existam múltiplos nichos para produtos da floresta passíveis de serem explorados pelo mercado, as exigências de qualidade e de prazos de entrega tendem a serem difíceis de cumprir. Além disso, muitos desses produtos são vendidos na região a preços baixos.
<b>Técnica</b>	O manejo de uma terra indígena em forma sustentável demanda a produção constante de novos conhecimentos, capazes de unir informações e habilidades de fontes tanto ocidentais quanto indígenas. Que mecanismo geraria essa produção de conhecimentos?

Em resumo, conseguir uma boa combinação desses elementos dispersos requereria uma combinação de forças, envolvendo o governo nos seus distintos níveis, as organizações não-governamentais, os agentes do mercado e as distintas instâncias de liderança e organização indígena, num verdadeiro *trabalho sinérgico* (sinergia = “1. *Fisiol.* Ato ou esforço coordenado de vários órgãos na realização de uma função; 2. Associação simultânea de vários fatores que contribuem para uma ação coordenada.” Aurélio). Talvez o melhor exemplo dessa combinação entre os subprojetos desta amostra é o n.º 6 (261), que conseguiu unir o PD/A com: o apoio institucional do Governo do Estado do Amapá; o apoio técnico e comercial da FUNAI; uma resposta favorável do mercado; a coordenação da Associação dos Povos Indígenas do Tumucumaque (APITU); e a colaboração de lideranças locais no processo de produção e venda de artesanato indígena. Mas mesmo tendo esse alto grau de sinergia, a

sustentabilidade econômica desta atividade está comprometida devido ao alto custo dos fretes aéreos, atividade atualmente subsidiada pelo Subprojeto.

## **6. As Áreas Problemáticas e Polêmicas**

**6a. A medicina tradicional e a biodiversidade:** Os problemas sofridos pelo Subprojeto nº. 2 (138) relacionados à denúncia feita na Procuradoria Geral da República do Estado do Acre, apresentam-se aqui como uma oportunidade para refletir sobre projetos que trabalham com a medicina tradicional e a biodiversidade. Desde um ponto de vista da ciência ocidental, trabalhos com a medicina indígena tradicional estão na vanguarda das pesquisas etnocientíficas e medicinais, já que exploram o fértil espaço intercultural entre dois (ou mais) sistemas de conhecimentos e práticas de saúde. Utilizando uma perspectiva histórica e globalista, existe uma certa “urgência” nessas pesquisas devido a avançada idade de muitos dos herbalistas, pajés e xamãs e à possibilidade de seus conhecimentos se perderem com sua eventual morte. Porém, desde uma perspectiva imediatista das comunidades indígenas, essa urgência não necessariamente se expressa. No caso dos Kaxinawá, por exemplo, há uma crescente demanda por parte dos membros das aldeias por medicamentos industrializados, com preferência pelos injetáveis e uma desvalorização da medicina tradicional entre muitos jovens. Esse Subprojeto tentou, sem muito sucesso, satisfazer as contraditórias demandas locais e interesses científicos globais.

Quanto à biodiversidade, existe um reconhecimento mútuo entre os cientistas ocidentais e os povos indígenas em torno de dois pontos: a diversidade de fauna e flora da Amazônia tem um grande valor; e está sendo destruída aceleradamente. Daí existem claras divergências a respeito da natureza de sua valorização e seu uso. No caso dos povos indígenas, a biodiversidade representa uma fonte básica para sua subsistência e é usada socialmente segundo suas respectivas estruturas sociais. No caso da sociedade dominante, a biodiversidade é valorizada economicamente (como mercadoria) e seu uso entra na lógica de propriedade privada e exclusiva do mundo capitalista. Novamente estamos diante uma situação cheia de contradições.

Outra questão problemática refere-se às autorizações. Para estar completamente legal, este Subprojeto teria que conseguir, no mínimo, cinco autorizações (o que de fato não foi feito) para a realização de seu trabalho: (1) da FUNAI, por ser uma atividade realizada dentro de uma Terra Indígena; (2) do IEMA (Instituto Estadual do Meio

Ambiente do Acre), por obrigação da nova lei estadual da biodiversidade; (3) do IBAMA, por incluir áreas de preservação permanente federal; e (4) do CNPq e (5) da FUNAI (de novo), por se tratar de um pesquisador estrangeiro dentro de uma área indígena. Sem entrar no mérito ou não dessas autorizações, a necessidade em lidar com quatro instâncias burocráticas, localizadas nos níveis estadual e federal, sendo que cada autorização pode demorar vários meses, invariavelmente colocaria o subprojeto fora dos prazos exigidos pela PD/A. Ou seja, os requerimentos burocráticos criam certos constrangimentos operativos para os subprojetos.

A questão da propriedade intelectual sobre os conhecimentos tradicionais é outro campo cheio de ambigüidades. Nesse caso, por exemplo, não está claro de quem pertence os conhecimentos gravados nas fitas: Do herbalista? Dos membros de sua aldeia? De seu grupo étnico? Do antropólogo que coletou a informação? Da organização de executou o subprojeto? Do PD/A? Ou talvez não se trata de uma questão de propriedade privada e esses conhecimentos pertencem ao domínio público. Sem clareza sobre esse tema, o subprojeto pode entrar num labirinto de problemas legais.

A questão da propriedade sobre o material genético coletado também precisa de esclarecimentos. O controle sobre esse material pode ser reivindicado por um conjunto de distintos atores sociais. A tentativa de estabelecer que esse material é parte do patrimônio estadual, com fez a lei estadual da biodiversidade, não resolveu a situação porque não identificou quais plantas e animais formam parte desse patrimônio. Se isto não for feito, paralisará muitos trabalhos cotidianos de agricultura, fruticultura, pesca, caça e artesanato, devido à necessidade de tirar autorizações para cada atividade. (Esse item só se refere aos direitos de propriedade sobre plantas e animais. A questão de propriedade sobre genes e células humanos coletados de pessoas indígenas no âmbito do Projeto Genoma representa ainda outra problemática não tratado aqui).

Existe outro problema, de ordem política-científica, que surge na fase de identificação e análise fitopatológica e farmacológica do material coletado. Esse Subprojeto não encontrou cientistas no estado de Acre com os necessários conhecimentos para realizar esses levantamentos. Conforme a lei estadual, qualquer material que sai do estado precisa de uma autorização do IEMA (mais uma autorização). Nesse caso específico, contatos foram feitos com uma entidade científica em Belém, a qual tem um convênio com um Jardim Botânico no exterior. No momento da paralisação do Subprojeto, houve negociações com aquele Jardim Botânico que

chegaram a uma tentativa de acordo, no qual o Jardim Botânico faria os levantamentos científicos solicitados em troca de um exemplar de cada peça analisada. Nesse contexto, o Subprojeto começa a agir nos âmbitos das relações internacionais e do comércio internacional.

Apesar de todos os problemas locais e nacionais que esse Subprojeto sofreu, foi escolhido para participar da EXPO 2000 em Hanôver, Alemanha. Independentemente, houve uma solicitação (não atendida) de uma equipe alemã para fazer filmagens sobre o Subprojeto. O forte interesse internacional nessa área revela outra contradição: ele serve para incentivar e valorizar projetos nesse campo ao mesmo tempo que serve para ocultar ou ignorar os múltiplos problemas locais e regionais.

**6b. Conflitos sobre recursos naturais:** O subprojeto 12 (262), que visa a recuperação e despoluição de áreas da Terra Waiãpi degradadas por garimpo, assim como a possibilidade da comercialização do ouro recuperado no processo, não foi implementado até o momento devido a uma série de processos judiciais que enfrentou o então executor (e atual proponente) do subprojeto, o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), junto a Procuradoria Geral da República no Amapá, numa verdadeira guerra de acusações e contra-acusações e de ações e contra-ações. Como resultado desses processos, durante um ano o CTI estava legamente proibido de realizar qualquer atividade na área indígena Waiãpi. Além desses dois atores principais, o conflito envolve a FUNAI, o Governo do Estado do Amapá, a Associação Brasileira de Antropologia, o IBAMA, o Conselho das Aldeias Waiãpi (APINA) e um Deputado Federal (Antônio Feijão), entre muitos outros.

Não é o momento para analisar em detalhe esse conflito, porém, assim como no caso anterior, podemos tirar algumas lições desse caso. Desde uma ótica mais abrangente, esse conflito parecer ser fundamentado num conflito maior sobre controle de recursos e terras por interesses diversos e poderosos. Talvez o dado chave para entender esses múltiplos conflitos é o fato de que a área Waiãpi contém reconhecidas jazidas de ouro e outros minerais de grande valor monetário, com o fato complicador de que o deputado federal envolvido no caso é pessoalmente vinculado aos interesses de mineração aurífera no Estado. Ou seja, o que está em jogo são interesses econômicos pesados.

Estou convencido de que se esse subprojeto tratasse da exploração do açaí, ou da castanha-do-pará, ou da confecção de artesanato indígena, não teria criado o caso que criou, justamente por ser recursos com pouco valor no mercado internacional. (Como respaldo a essa linha de argumentação, posso mencionar o caso do Subprojeto 8 (077), executado pelo Instituto Socioambiental (ISA), que não encontrou nenhuma resistência referente à exploração e beneficiamento da castanha-do-pará, mas quando tentou articular uma atividade de exploração de mogno, um recurso com alto valor econômico e alvo de múltiplas disputas na região do sul do Pará, surgiu um conjunto de resistências burocráticas que retardaram a assinatura do contrato por mais de um ano.)

Simultaneamente, outro conflito político interno do Estado do Amapá, mas com implicações a nível nacional, confrontava o poder dos órgãos estaduais que eram favoráveis aos trabalhos do CTI na área Waiãpi e que respaldavam atividades de autogestão dos índios Waiãpi, com o poder dos principais órgãos federais operantes no Estado —FUNAI, IBAMA, INCRA— cujos diretores foram nomeados com base em articulações e trocas políticas entre parlamentares federais e o governo federal.

O que ficou esquecido em todo esse processo foram os interesses e os direitos dos mesmos Waiãpi, apesar das afirmações de cada ator social envolvido de que estavam preocupados com os índios. Também é necessário mencionar que houve divisões internas entre as distintas instâncias da liderança Waiãpi, divisões que foram exploradas e manipuladas pelos atores sociais externos. Essa situação mostra que em situações de conflitos agudos sobre recursos naturais, práticas de autogestão dos povos indígenas podem gerar fortes resistências com consequências nefastas. Num contexto regional de disputas não-resolvidas sobre o controle de terras e o uso dos recursos naturais de grande valor econômico, nenhum subprojeto pode funcionar bem. Tal situação representa o oposto do trabalho sinérgico mencionado acima como uma condição prévia para conseguir a autosustentabilidade de uma terra indígena.

**6c. Autorizações e burocracia:** Os dois casos anteriores traz à vista uma outra área problemática e polêmica: a das inúmeras autorizações e processos burocráticos que um subprojeto numa área indígena pode estar submetido. Um subprojeto de ordem socioambiental numa terra indígena poderia funcionar sob o controle e/ou fiscalização dos seguintes órgãos governamentais: FUNAI, IBAMA; CNPQ; FNS; DRPM; os órgãos ambientais estaduais; as Forças Armadas; e as Procuradorias Gerais da República em cada Estado. Cada um desses órgãos tem seu próprio sistema de



autorizações, o que pode retardar em meses para se conseguir dotê-las. Se um subprojeto precisa de múltiplas autorizações, isto pode atrasar sua implementação durante longo tempo, o que violaria os cronogramas internos do Subprojeto (tanto de atividades quanto de desembolsos) até inviabilizar sua realização. Uma solução a esse problema teria que ser incorporada no mesmo desenho do PD/I.

## VIII. RECOMENDAÇÕES

Com base nas análises contidas neste relatório e pensando prospectivamente sobre a criação do Programa PD/I, ofereço, na minha capacidade de consultor externo, as seguintes recomendações:

1. Deve haver **participação direta de organizações e lideranças indígenas** locais, regionais e nacionais em todas as fases do Programa PD/I, *incluindo a fase de elaboração da proposta*.
2. O PD/I deve ter um **estatuto e uma metodologia** (de implementação e avaliação) **próprios**, distintos do atual estatuto e metodologia do PD/A. Entre as linhas mestres do estatuto do PD/I deve constar a *consolidação territorial das áreas indígenas* como base de uma política de autodeterminação das sociedades indígenas, assim como a procura de sua autosustentabilidade biofísica, demográfica, institucional, política, econômica e técnica.
3. O PD/I deve elaborar mecanismos específicos de **difusão, capacitação e treinamento** para todas as fases do Programa que incorporam metodologias processuais, tratando assim de superar algumas das limitações do projetismo. Ênfase especial deve ser colocada nas fases de acesso, andamento e continuidade.
  - 3a. Referente à *fase de acesso* ao PD/I, o Programa deve oferecer seminários, cursos e/ou workshops regionais para (i) a divulgação do Programa e, posteriormente, para (ii) a elaboração das propostas.
  - 3b. Referente à *fase de andamento* dos subprojetos, o PD/I deve estabelecer procedimentos flexíveis (ainda mais flexíveis que os atuais do PD/A) que incluem mecanismos claros para a reformulação de atividades e cronogramas e o remanejamento do orçamento para ajustar os subprojetos a seu desempenho real. Estes mecanismos podem ser incorporados nos relatórios semestrais do subprojeto.
  - 3c. Referente à *fase de continuidade* dos subprojetos, o Programa pode estabelecer subprojetos que durem mais que três anos, os quais terão metas a serem cumpridas a médio prazo. Ou, como alternativa, o Programa pode estabelecer um mecanismo que permite a renovação de um subprojeto que tenha conseguido um bom desempenho.
4. Os subprojetos do PD/I devem funcionar com base em **contatos diretos com organizações e lideranças indígenas**, sem precisar do controle político direto da FUNAI. Em outras palavras, o PD/I deve procurar um modelo de funcionamento que de fato é *pós-tutela*.
5. O PD/I deve dar prioridade a **investimentos diretos** (repasse de recursos financeiros) **em organizações e comunidades indígenas**, sendo que as demais organizações da sociedade civil e os órgãos dos governos municipal, estadual e federal devem entrar preferencialmente nas áreas de assessoria e contrapartida.

Uma parcela desses investimentos pode ser dedicada à consolidação institucional das organizações indígenas.

6. O PD/I deve elaborar **políticas de interculturalidade** para atender adequadamente a grande diversidade étnica entre os povos indígenas do País e para ser sensível as distintas situações de contato com a sociedade dominante. Essas políticas devem incorporar o uso das línguas nativas quando for possível, a criação de conhecimentos e técnicas híbridas e atividades de revalorização e/ou mudança sócio-cultural que tenham apoio interno da comunidade.
7. O PD/I deve criar espaços para subprojetos que tentam se inserir, em forma sinérgica, em **processos amplos de cooperação e/ou articulação** nos níveis intra-étnico (entre uma etnia só), intertribal (entre várias sociedades indígenas) e regional (entre sociedades indígenas e a população regional não-indígena). As tentativas de articulação regional entre os onze subprojetos dos Frutos do Cerrado, mesmo com os múltiplos problemas experimentados, oferecem importantes lições nessa área.
8. O PD/I deve estabelecer políticas claras a respeito dos temas de: (i) propriedade intelectual sobre conhecimentos indígenas tradicionais; (ii) coleta, análise, uso e transporte de germoplasma procedente de uma área indígena; (iii) coleta, análise, uso e transporte de genomas humanos (material celular) procedentes de indígenas; e (iv) **diretos autorais e patentes** sobre os elementos acima mencionados.